

ELEIÇÕES:
RESULTADOS
CONTRADITÓRIOS

PÁGINAS 3 A 9

O REARMAMENTO
POLÍTICO DA CUT

PÁGINAS 20 e 21

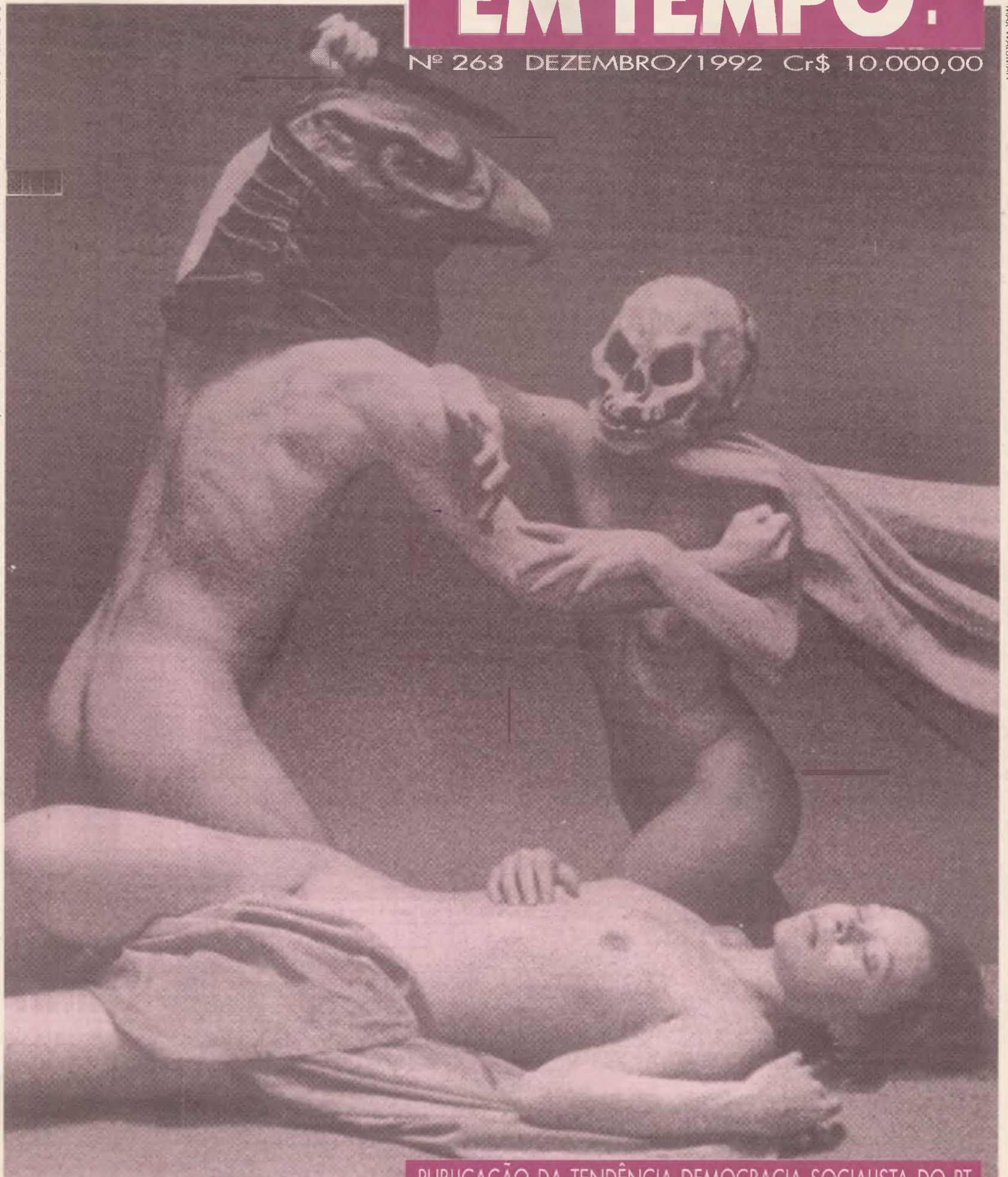
O DECLÍNIO DO NEOLIBERALISMO

PÁGINAS 12 A 19

EM TEMPO:

Nº 263 DEZEMBRO/1992 Cr\$ 10.000,00

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS



MAX WALDMAN

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

EM TEMPO

15 ANOS

Em novembro de 1977 surgia o **Em Tempo**. No Brasil da ditadura, propunha-se a imprimir à luta democrática um novo conteúdo, a partir da organização independente da classe trabalhadora. Por isso, saudou entusiasticamente o surgimento do Partido dos Trabalhadores e mais tarde a fundação da CUT.

Com suas páginas construídas por muitas mãos, muitas modificações ocorreram desde a frente jornalística que o lançou. Aprendendo e contribuindo com o PT, **Em Tempo** transformou-se numa publicação interna, voltada ao debate partidário.

Uma trajetória nem sempre fácil, muitas vezes polêmica e teimosa, e, acima de tudo, podendo reconhecer-se como uma história de coerência.

Por isso convidamos você a comemorar também este aniversário. É claro, tendo o **Em Tempo**, a cada edição, em sua casa.

Com a sua assinatura, você recebe um poster-calendário!



ASSINATURA ANUAL

(10 edições)

Cr\$ 100.000,00

Nome:.....

Endereço:.....

Cidade:.....

Telefone.....

CEP:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a
Carlos Henrique Árabe:

Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo-SP
CEP: 01151-000

COMO ASSINAR A IMPRENSA DO PT:

BRASIL AGORA:

(011) 220-7198 E 222-6318

BOLETIM NACIONAL: (011) 223-7999

TEORIA & DEBATE: (011) 220-2103

O declínio do neoliberalismo

Esta edição de EM TEMPO destaca um dossiê sobre os problemas enfrentados pelo projeto neoliberal nos países centrais: uma análise das eleições americanas, do projeto Clinton e da crise da proposta de unificação europeia em moldes neoliberais acertada em Maastricht. Um artigo de Mandel analisa os impasses postos para a burguesia para a saída da crise. E, como contraponto, Roland Lew mostra os esforços da burocracia chinesa para conduzir a transição ao capitalismo em seu país.

Um segundo destaque desta edição é o balanço das eleições: João Machado faz uma análise geral, Felix Sanchez analisa a derrota de São Paulo e entrevistamos David Capistrano, prefeito eleito de Santos, Wagner Lino e Mauro Iasi, sobre a derrota em São Bernardo, e Raul Pont, sobre a vitória em Porto Alegre.

Companheiros dirigentes da CUT propõem uma mudança de curso para a Cut Pela Base. Raul Pont adverte para os perigos das reformas políticas em curso no Congresso e Fabio Pereira para os riscos do parlamentarismo. Nalu Faria nos traz a discussão do problema do aborto e Ralph Milliband debate a democracia socialista e Michael Lowy as ilusões do progresso na esquerda

Esta é a edição de fim de ano de EM TEMPO, com 24 páginas e o preço um pouquinho maior. Em janeiro tiramos férias e retomamos o trabalho em fevereiro. Até lá!

Campanha "Petróleo para Cuba"

Contribua com a campanha para doar um navio de petróleo para Cuba. Deposite qualquer quantia em nome de "Uma gota de amor para Cuba", conta nº 132.30-2000/89 - Banco Bamerindus - Ag. Santos Dumont - RJ.

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Gerson Almeida, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa, Caco Bisol, Fernanda Estima e Fabiano Ciambra
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20031. Vitória: Praça Quintino Bocaiuva, 16 Sala 707 CEP 29000 Fone: 2230921

Índice

3 - Eleições: PT, resultados contraditórios

João Machado

5 - Eleições: Governo, confronto e hegemonia

Entrevista com David Capistrano

6 - Eleições: São Paulo, as razões da derrota

Felix Sanchez

8 Eleições: Concepções equivocadas

Entrevista com Wagner Lino e Mauro Iasi

9 Eleições: preparando 1994

Entrevista com Raul Pont

10 Nacional: Bases para o plebiscito

Raul Pont

11 Debate: Armadilha parlamentarista

Fabio Pereira

12 O declínio do neoliberalismo

José Corrêa

13 Neoliberalismo: EUA, a vitória de Clinton

José Corrêa

14 Neoliberalismo: Crise e luta de classes

Ernest Mandel

16 Neoliberalismo: Sonhos e pesadelos de Maastricht

Jesus Albarracin e Pedro Montes

18 Neoliberalismo: China, volta ao capitalismo

Roland Lew

20 Sindical: Nova fase, novas tarefas

Miguel Rosseto, Pedro Alcantara e Carlos Calazans

22 Aborto: Perigosa ilegalidade

Nalu Faria

23 Fukuyama e o socialismo

Ralph Milliband

24 As ilusões do progresso

Michael Lowy

PT: resultado contraditório

JOÃO MACHADO

mediatamente após os primeiros resultados do 1º turno das eleições de 1992 terem sido divulgados houve comentários generalizados destacando uma grande vitória do PT. Hoje, com mais informações, é necessário relativizar bastante esta avaliação. No *Em Tempo* nº 262 Joaquim Soriano fez um primeiro balanço. Agora, após o 2º, e com informações um pouco mais completas sobre o resultado do próprio 1º turno, podemos ampliar nossa análise.

Começando com os números: o PT foi o partido que obteve o voto para prefeito do maior número de eleitores nas capitais no 1º turno. Essa situação repete a condição que conquistamos em 1988. Em número de votantes esse resultado se repetiu no 2º turno. Em 2º lugar vem o PMDB e em 3º o PDS, quase que exclusivamente pela votação em São Paulo.

Os números

Nas capitais, o PT manteve o número de vereadores que havia obtido em 1988 (65). Já em termos de prefeitos eleitos, o PT passou de 3 para 4 (Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Rio Branco), e mais um vice até agora, além de ter apoiado Lídice da Mata em Salvador; mas é necessário considerar o recuo que representa a perda de São Paulo. O PSDB é o único partido que elegeu mais prefeitos de capitais (5), mas com cidades de conjunto menos populosas do que as que serão administradas por prefeitos do PT. Além de Salvador, o PSDB elegeu os prefeitos de Vitória, Teresina, Macapá e Porto Velho.

Saindo da avaliação das capitais e considerando o conjunto das cidades, o PT perde o destaque e quem sai na frente é o PMDB, secundado pelo PFL. O PT consegue o menor número de prefeitos dentre os grandes partidos brasileiros. Aos 53 prefeitos do PT é preciso somar 38 (até agora) vice-prefeitos - mas ainda assim o número é modesto. Representa um crescimento - em 88 o PT elegeu 36 prefeitos e 3 vices - mas muito pequeno, e que ainda tem de ser problematizado pelo fato de que com a perda de algumas grandes cidades (São Paulo, Campinas, Santo André, São Bernardo) a população residente em cidades administradas pelo PT certamente será muito menor do que em 1988.

Em número de vereadores no conjunto do país, o PT teve um resultado modesto: cerca de 1050 eleitos. Na edição anterior do *Em Tempo* havíamos divulgado uma primeira estimativa de 1140, na qual se previa em Minas Gerais chegar a um total de 300 vereadores; mas a informação mais recente indica cerca de 210 vereadores neste estado. Este número praticamente repete o de 1988, com a diferença de que em 92 existem mais municípios e mais vereadores no país.

É necessário confrontar o número de prefeitos e vereadores do PT com as expectativas que havia. Trabalhava-se no PT com a idéia de pelo menos 100 prefeitos (muitos falavam em 200, 300, ou até números maiores) e 2.000 vereadores.

Um terceiro aspecto é o de verificar o desempenho do PT nas cidades que administrava. Dos 36 prefeitos eleitos em 88, 12 já haviam saído, incluindo o de Campinas. Nenhuma destas prefeituras foi reconquistada nestas eleições. Das 24 que tínhamos, disputamos em 23, e perdemos 12, e dentre elas, além de São Paulo, estão as duas maiores cidades do ABC (Santo André e São Bernardo) e duas cidades de forte concentração operária de Minas Gerais (Monlevade e Timóteo).

O PT teve um resultado eleitoral que na melhor das hipóteses é comparável ao de 88 em número de votos, que repete quase exatamente o número de vereadores, que amplia ligeiramente o número de prefeitos e um pouco mais o número de vices, que fica muito abaixo de todas as expectativas dos dirigentes e militantes em geral do partido. É isto na sequência de um processo político (a saída de Collor) que mobilizou milhões de pessoas e no qual o PT tinha sido o grande destaque. Este resultado pode ser considerado uma vitória do PT, ou mesmo a grande vitória que as primeiras avaliações apregoavam?

Polarização

Além da já mencionada vantagem do PT nas capitais em número de votantes que optaram pelo partido (que já se regis-

trara em 1988, é importante lembrar), há mais alguns aspectos que permitem falar de um resultado positivo para o PT.

Em primeiro lugar, o caráter mais nacional do partido, sem dúvida, é uma vantagem, ainda que associado à redução em alguns estados (sobretudo São Paulo e Espírito Santo, em geral, e Goiás, no número de vereadores). E principalmente, o fato de que nestas eleições aumentou a capacidade polarizadora do PT. Na maioria das grandes cidades do país (e não apenas nas capitais), se o PT não ganhou a disputa pela prefeitura ou não participou com peso da vitória (caso por exemplo de Salvador e Florianópolis), foi o segundo colocado (caso do Rio, em que a nossa candidata chegou na frente no 1º turno, ou caso do Recife, de Santo André, de São Bernardo ...). Isto é comprovado pelo fato de que o PT foi o partido que



Fernanda Estima

mais disputou o 2º turno.

Esta presença polarizadora é reforçada pelo tratamento que os adversários deram ao PT: fizeram uma verdadeira "guerra ideológica", principalmente no 2º turno; em geral escolheram como alvo de ataque o próprio partido.

As eleições de 1988 causaram surpresa e revelaram a capacidade do PT de ganhar disputas tão fundamentais como a da prefeitura de São Paulo. As de 1989 mostraram que o PT pode perfeitamente chegar à presidência da República. Agora, em 1992, isto é enfatizado.

Além disso, como é amplamente reconhecido, o PT tem o candidato presidencial que mais saiu reforçado da luta pelo

A tática eleitoral que predominou, centrada na figura do candidato e desvinculada do partido, prejudicou o PT.

impeachment. Salvo mudanças drásticas no quadro da legislação, as eleições de 1994 serão disputadas entre Lula e o candidato que mais se destacar na direita ou na centro-direita. Assim, é possível falar de vitória do PT em 1992. Mas feita esta constatação, é preciso considerar os problemas que houve.

Dificuldades

No *Em Tempo* nº 262 Joaquim Soriano já mostrou como não se sustenta a explicação fácil levantada por dirigentes do PT ligados ao "Projeto para o Brasil" de que fomos derrotados onde não implementamos uma política de alianças ampla e onde tivemos candidatos "estreitos". Os números não autorizam uma correlação positiva geral entre "amplitude" e boas votações; e na verdade, os casos de abertura excessiva da política de alianças com poucos resultados eleitorais foram muito mais frequentes do que os casos de "estreiteza". As explicações reais das dificuldades passam por outras questões.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o quadro anterior ao processo de impeachment não autorizava as avaliações otimistas que em geral se faziam: o PT sempre foi empurrado para sucessos eleitorais pela mobilização social, e vínhamos desde o início do governo Collor e da ofensiva neoliberal num processo de recuos, com muitas lutas sociais que terminavam em derrota, com uma redução muito expressiva do número de greves, com uma situação de impasses no movimento sindical, etc. Provavelmente, se as eleições se realizassem no primeiro semestre de 1992 teríamos resultados piores.

Nestas eleições prevaleceu em muitas cidades uma linha de campanha centrada no candidato, na sua pessoa, desvinculada do partido (às vezes escondendo o partido), impossibilitando enfrentar a campanha anti-petista, a guerra ideológica.

Para aumentar os problemas, em muitos casos a linha da "ética" passou a substituir a nossa linha tradicional (e boa) de apresentar o PT (junto com nossas coligações) como o partido das mudanças sociais, identificado com as grandes maiorias populares. Chegamos ao cúmulo de que em São Paulo Maluf, que busca se reciclar, pudesse se apresentar como o candidato das mudanças (um dos seus slogans era "quero mudar, quero Maluf") e o de imagem mais comprometida com a questão do emprego e das condições de vida da população.

Na reunião do Diretório Nacional realizada nos dias 21 e 22 em Belo Horizonte, o texto que introduziu a avaliação do processo eleitoral apresentado pelo Grupo de Trabalho Eleitoral colocava bem esta questão: "Ao disputar uma eleição 'incógnito' o PT não está contribuindo para elevar o nível de consciência da população daquele município. Sem a disputa ideológica e política não há amadurecimento, nem afirmação do nosso projeto. Este estilo de campanha tem uma eficácia duvidosa até do ponto de vista prático e imediato, já que 'esfria' a militância. Casos de 'PT envergonhado' aconteceram tanto por oportunismo quanto por uma concepção equivocada. Acreditar que hoje não há um profundo embate de cunho ideológico na disputa eleitoral é no mínimo ingenuidade. E a maior prova disso quem nos deu foi a direita - a mesma que

alardeia essa disputa como superada - na ferocidade com que combateu nosso projeto, sem que oferecêssemos resistência. Escondido sob a capa da 'modernização', da 'competência', das 'grandes realizações', o projeto neoliberal marcou presença na disputa eleitoral diante de um PT muitas vezes tímido em explicitar seu projeto".

Fugir da disputa ideológica, não assumir nosso papel de partido das maiorias oprimidas, buscar uma "ampliação" nas classes médias que nos torna mais difícil ganhar votos nas camadas populares, querer falar "para todos" e na prática não falar para ninguém, evitar a polarização política (e assim não responder direito nem os ataques que sofremos), fazer como se a luta de classes não existisse, ou não fosse conosco, não ajuda um partido como o PT a ganhar eleição - ficou mais uma vez comprovado.

Organização partidária

E finalmente chegamos à quinta e decisiva questão para explicar nossas insuficiências nesta eleição: a estruturação do partido, sua capacidade organizativa e militante, e sua relação com os movimentos sociais e a luta.

Nas grandes cidades, ficou claro que querer levar as campanhas sem o apoio fundamental da militância e sem contar com uma grande atividade do movimento social nos prejudica eleitoralmente. Por outro lado, o PT continuou muito minoritário na grande maioria das pequenas cidades do país e até recuou no interior de alguns estados, pelo menos se tomamos como base o número de vereadores eleitos (recuos sobretudo em Goiás, Espírito Santo e São Paulo).

A grande conclusão destas eleições é que equivocada a visão com a qual trabalham muitos companheiros de que o PT pode ter um crescimento eleitoral linear a partir da ampliação das alianças e da "ampliação" da nossa imagem. A força eleitoral do PT depende da evolução da conjuntura e da mobilização (da situação de vitórias ou derrotas dos setores populares nas suas lutas); da nossa organização militante, da nossa capacidade de expressar os sentimentos e interesses das grandes maiorias populares; e só a partir daí da nossa capacidade de ampliar nossa interlocução com as camadas médias.

O projeto de ganhar a presidência da República em 1994 não pode de nenhuma maneira ser um projeto apenas eleitoral: só é viável como um projeto de organização popular, partidária, de classe, de mobilização de massas e de luta política, de criar uma correlação de forças social mais favorável. Como projeto de lutar por uma hegemonia de um bloco social baseado nos trabalhadores sobre toda a sociedade, como diz de maneira muito feliz o prefeito eleito de Santos, David Capistrano, em entrevista ao lado. □

DO IMPEACHMENT
PRESIDENTE CO



Fernanda Estima

Em segundo lugar, temos de reconhecer que infelizmente o fato de já termos administração em vários lugares pesou muito mais contra nós do que a favor, com exceções fundamentais como Porto Alegre, Santos, Ipatinga ou Diadema. Em alguns casos, as administrações não conseguiram uma boa imagem (é o caso de São Paulo), outras conseguiram, mas muito descoladas do partido, e assim não transferem votos, e outras tiveram a imagem favorável turvada pelas lutas internas e pela definição dos candidatos (caso de Santo André e Vitória).

Em terceiro lugar, é preciso constatar que o impacto favorável do impeachment foi modesto e desigual: não teve quase nenhum efeito não apenas em São Paulo, onde Maluf foi mais esperto e saiu na frente pedindo o "Fora Collor", mas também em São Bernardo e Santo André, e em geral em todo o interior (apesar de ajudar a explicar o declínio do brizolismo).

Uma razão para isto: a participação do PT foi decisiva, mas teve uma falha importante. O PT atuou com muito pouca diferenciação dos outros partidos, não puxou para o primeiro plano a relação entre a luta para tirar Collor e a possibilidade de mudar a vida, extremou a idéia de que lutava "pela ética na política": o PT aparece apenas como mais coerente do que os outros partidos, mas não como representando uma alternativa fundamentalmente diferente. Esta postura teve também uma influência direta na campanha eleitoral.

Tática eleitoral

E isto nos leva a uma quarta e fundamental razão para as dificuldades do PT nestas eleições: a questão da própria tática eleitoral predominante.

Pesou no resultado a estrutura do PT, sua capacidade organizativa e militante e suas relações com a luta social.

Governo: confronto e hegemonia

TATAU GODINHO

Prefeito eleito de Santos, David Capistrano é um experiente militante da esquerda brasileira. Foi uma das principais figuras do governo do Partido dos Trabalhadores, em Santos, de 1988 a 1992. Secretário Municipal de Saúde até junho de 1992, quando se licenciou para ser candidato, Acumulou a Secretaria de Governo e a chefia de gabinete da prefeita durante todo o ano de 1991. David é membro da Direção Estadual (Conselho Deliberativo Estadual) do PT de São Paulo. Em entrevista ao *Em Tempo*, David avalia a importante vitória do partido em sua cidade.

Em 1988 o PT elegeu 36 prefeituras e reelegeu apenas 11. Entre esses está Santos. Na sua avaliação quais são as razões dessa vitória de Santos?

Acredito que a vitória deve-se fundamentalmente ao fato de nossa administração em Santos, nesse mandato, ter cumprido o programa com o qual Telma foi eleita em 1988. A situação brasileira é caracterizada por uma massiva desilusão da grande maioria do povo, das massas trabalhadoras, que participaram de diversos processos político-eleitorais e foram sistematicamente frustradas com o resultado da ação dos governos saídas destas eleições. O fato de termos feito um governo que honrou seu compromisso assumido com os trabalhadores e com a população mais pobre da cidade e que além disso se mostrou competente, no sentido tecnocrático que se dá a essa palavra, para administrar os recursos públicos de uma maneira eficaz, tudo isso contribuiu para criar uma base de apoio muito grande para a administração, para elevar o prestígio do Partido dos Trabalhadores e o prestígio pessoal da prefeita Telma de Souza e desembocou no resultado das eleições.

Já nos últimos dois anos a gente vinha sentido um fortalecimento do partido. O PT se tornou, de longe, o principal partido da cidade, o partido com o qual 40% do eleitorado se identifica, um partido com uma influência sindical muito maior do que o que tinha antes de termos ganho a prefeitura em 1988.

Qual foi o papel da greve contra a privatização do porto neste processo?

A população identificou o governo local como a força política que enfrentou a ameaça de privatização do porto e do desemprego massivo que daí decorria com uma bem recebida greve geral na cidade. Neste sentido, um governo de luta e que ao mesmo tempo sabia administrar; sabia manter as ruas conservadas, as praças bem tratadas, a iluminação funcionando, que recuperou a balneabilidade das praias e que dialogava com a cidade como um todo. Dialogar não quer dizer que se submetesse à orientação política dos setores que até então dominavam o poder executivo local. Isso foi fundamental, diferentemente dos resultados que o nosso partido obteve a nível nacional - e aí não estou considerando apenas o resultado final de derrota ou vitória.

Estranhamente, em alguns lugares o PT é um partido que tem voto nas camadas médias, em setores da intelectualidade, no funcionalismo público e nos setores formais da economia, nos setores organizados da classe operária e não consegue ser o partido dos pobres, dos desempregados. Em Santos, ao contrário, tivemos a maioria dos votos das várias categorias organizadas sindicalmente: da Companhia Siderúrgica Paulista, da Refinaria Presidente Bernardes, dos trabalhadores do porto, seguramente tivemos a maioria dos votos dos bancários e de outras categorias; dividimos a votação na classe média; mas onde nós tivemos uma votação esmagadora foram justamente naqueles bolsões, naqueles bairros de população mais pobre - a população favelada do dique, das áreas de morro. A população que votou no Collor em 1989; e que nos deu de 75% a 80% dos votos no segundo turno das eleições esse ano.

Você já disse que o período de governo é uma continuidade da luta da campanha. Em que medida isso significa estabelecer confrontos?

Eu parto do pressuposto de que a sociedade em que nós vivemos é uma sociedade de classes e que as classes estão em

luta. Isso pode parecer meio arcaico para a esquerda, anda meio esquecido ultimamente. Tradicionalmente dizia-se que a luta de classes existe no terreno econômico, no terreno ideológico cultural, político. Quando estamos dentro do movimento popular, no movimento sindical, por exemplo, é inteiramente natural que a gente compreenda que está sempre lutando. Quando somos um partido de oposição, somos sempre um partido em luta. Também nas eleições lutamos contra adversários bem identificados e geralmente partimos de uma análise de quais são os grupos econômicos, que forças sociais, correntes de pensamento apóiam a outra candidatura. Mas a cultura política burguesa procura sempre dizer que o Estado não é um instru-

mento de luta de classe, de dominação de classe. Identifica-o como um lugar neutro, portanto a administração do poder público não é um lugar onde se faz política.

Na realidade isso é um engodo. Eles fazem política o tempo todo. Contra nós. E frequentemente caímos nesse engodo. Às vezes a gente absorve o discurso de que terminado o período de luta das eleições devemos agora administrar, vamos governar a cidade toda. Não sou contra a consígnia de governar toda a cidade, até porque a aspiração de uma classe que quer ser governante é de dirigir toda a sociedade, inclusive dirigir a classe adversária, submetê-la, derrotá-la. Queremos impor a hegemonia sobre toda a sociedade. Queremos governar toda a sociedade. Queremos governar toda a sociedade sob o ponto de vista de um determinado bloco de classe.

Como utilizar a condição de governo para a construção desta hegemonia?

Quando você se apodera de uma determinada fração do aparelho de Estado, organizado inclusive para servir a fins diametralmente opostos aos que nós perseguimos em uma administração, é evidente que vamos estar travando continuamente uma luta dentro do próprio aparelho de Estado e na relação do Estado com a sociedade, com os partidos políticos, com os movimentos sociais, com as entidades da sociedade civil. Se buscurá sempre desenvolver uma correlação de forças desfavorável para o nosso lado.

Para usar um palavrão que agora entrou em moda - existe uma luta para reduzir a nossa capacidade de governabilidade e nós vamos tentar ampliá-la, para que extratos das massas populares que estavam sob a direção ideológica, cultural e política das classes dominantes reconheçam que o seus interesses estão em somar-se a nós. É uma luta que às vezes assume forma de tensões agudas entre o executivo e legislativo, entre executivo e imprensa - que é uma imprensa burguesa, entre essa fatia do aparelho de Estado que conquistamos eleitoralmente e outras frações desse aparelho de Estado - instituições federais e estaduais, os governos etc. Isso é uma luta o tempo todo. O momento pós-eleitoral não é um momento de ensarilhar armas. Por isso acredito que devemos lutar não para administrar, mas para governar, para ser governo. Para isso temos que travar uma luta contínua. Até porque representamos classes e setores sociais que são destituídos de poder na sociedade. □



Jose D. Herrera

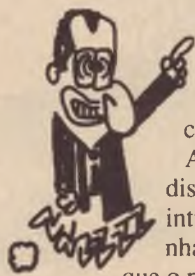
Queremos governar sob o ponto de vista de um determinado bloco de classe.

Vamos estar travando continuamente uma luta dentro do próprio aparelho de estado.

São Paulo: as razões da derrota

FELIX SANCHEZ

A votação obtida por Maluf evidencia os impasses do PT em quatro anos à frente da Prefeitura.



A derrota eleitoral que o PT experimentou na cidade de São Paulo é um dos fatos políticos marcantes destas eleições. Maior centro urbano do país, com um orçamento de US\$ 3,5 bilhões, só inferior aos da União e do Estado de São Paulo, a capital paulistana assistiu a uma disputa eleitoral que polarizou esquerda e direita.

Nas eleições de 1988, o PT, com Luiza Erundina à frente, enfrentou e venceu Paulo Maluf fazendo 29,9% dos votos na eleição de um turno só. Depois disso, Lula no segundo turno das eleições presidenciais, chegou perto de 38% dos votos. Com Suplicy o PT praticamente repetiu a votação de três anos atrás, ficando no segundo turno com 37,7%.

Esses números e a votação obtida por Paulo Maluf evidenciam os impasses e contradições vividas pelo PT nos seus quatro anos de gestão à frente da Prefeitura, os problemas da própria campanha eleitoral e mesmo o efeito da atuação do partido no movimento de oposição ao governo Collor. Mais do que isso, obriga a reavaliar o potencial de disputa política do campo democrático popular no plano institucional num período marcado por refluxos do movimento operário e popular e uma correlação de forças mais desfavorável.

A estratégia bem sucedida de Maluf de transformar a disputa do segundo turno em um plebiscito contra o PT, introduziu uma forte polarização ideológica na campanha, contribuindo para a mudança da imagem positiva que o partido tinha construído desde sua fundação.

A campanha do Maluf desde o primeiro turno conseguiu unificar todos os setores da direita. O fracasso da candidatura de Silvio Santos e a inviabilização do PFL, contribuíram para que Maluf surgisse como a única alternativa para evitar uma possível vitória petista em São Paulo.

Assistiu-se também à crise do chamado "centro democrático" já que o PSDB não conseguiu viabilizar uma candidatura com consistência eleitoral e o PMDB, tradicionalmente fraco em São Paulo, tampouco pode unificar o partido em torno do nome do vice-governador, Aloisio Nunes Ferreira. Tanto é assim que os resultados obtidos por estes partidos ficaram bem abaixo da média de votação dos últimos anos.

No segundo turno importantes setores do "centro" aderiram ao Maluf. Desde ex-militantes do PCB, liderados por Jarbas Holanda, Rodolfo Konder, Juca Kfoury e outros, até políticos importantes do PSDB e do PMDB.

O esforço realizado pelo PT no segundo turno para constituir uma "Frente Democrática" junto com o PSDB e setores progressistas do PMDB esbarrou na forte atração de parcelas importantes desses partidos para o apoio ao Maluf. A recusa de Mário Covas em apoiar Suplicy evidenciou a falta de compromisso desses setores no enfrentamento à truculência, demagogia e autoritarismo de Maluf.

Anti-petismo com discurso social

Uma parcela importante da elite democrática e progressista, adversária do Maluf desde os tempos da Arena e da ditadura militar, resolveu anistiá-lo, apostando sobretudo na sua capacidade de barrar a ascensão do PT. Isto se refletiu também a nível do eleitorado. Em um ano marcado pela luta contra a corrupção e pela ética e a moralidade na política, cerca de um terço do eleitorado preferiu Maluf apesar de reconhecer nele um político corrupto, mentiroso, demagogo, falso e desonesto. Falou mais alto a rejeição ao PT e à Administração Democrática e Popular em São Paulo. Para vencer o PT, restava somente a candidatura de Paulo Maluf. Nem sequer Eduardo Suplicy, o candidato do PT à prefeitura era tão importante para a campanha de Maluf como o PT. O refrão de um dos principais jingles dele dizia: "Não temos nada contra o Suplicy. Só não queremos o PT mandando aqui". Ou o slogan de Maluf para a boca de urna: "Maluf ou 4 anos com eles".

De outro lado, o malufismo renovou seu discurso "programático", desenvolvendo temas sociais e procurando ganhar as esperanças populares a partir de seus problemas mais gritan-

tes. A questão do desemprego, por exemplo, foi um assunto chave na campanha malufista. Tratado como denúncia - para eximir o candidato e o PDS de qualquer responsabilidade histórica - acabou sendo uma porta de entrada para chegar à população pobre como o único candidato que passava a imagem de querer enfrentar o maior drama dos trabalhadores na cidade recordista nacional do desemprego. É evidente que todo o sentido das "saídas" frente ao desemprego era mistificador e até mesmo populista. Mas este questionamento só poderia ocorrer a partir do PT, desde que também disputasse na questão social as esperanças populares. E isso não ocorreu. Só no final do segundo turno o tema teve a atenção da campanha petista. Outros aspectos da vida da população pobre de São Paulo ganharam também um tratamento mais presente e mais indignado na propaganda malufista. Até a questão da segurança adquiriu uma visão social, vinculada ao desemprego e à crise econômica, e não mais o tradicional enfoque policial do malufismo. Mesmo que uma parte integrante e muito decisiva do malufismo seja exatamente os setores mais repressivos e discriminatórios da sociedade. O que não chegou a ser desmascarado pela campanha do PT.

Assim, paradoxalmente, quem desenvolveu mais o discurso social para os pobres da cidade foi o malufismo. Uma questão central para o processo de debate e balanço do nosso partido.

A direita disputa hegemonia

O efeito "impeachment" sobre as eleições de São Paulo se fez sentir sobretudo no primeiro turno consolidando a votação do PT. Corroeu apenas parcialmente a candidatura de Paulo Maluf que conseguiu minimizar o impacto eleitoral decorrente de sua vinculação com Collor e PC, através de uma série de bem sucedidas manobras de marketing que contaram com o apoio da mídia de tv e de rádio, principalmente.

Maluf conseguiu capitalizar a desilusão do amplo eleitorado, principalmente da classe trabalhadora e das camadas médias empobrecidas da periferia, que votou no Collor.

A intervenção do PT no processo de impeachment, positivamente avaliada por largos setores da população, teve como contrapartida o seu nivelamento com os demais partidos com atuação no Congresso. A falta de demarcação do PT no processo de impeachment e sobretudo, o simbolismo das imagens de Lula com Quéricia, contribuíram para o debilitamento da imagem de mudança que o PT historicamente tinha ganho na sociedade.

Contribuiu para essa perda o desempenho político da administração de Luiza Erundina. Submetida a um violento cerco pela imprensa, Câmara e a maioria dos setores empresariais, a gestão petista em São Paulo acumulou conquistas históricas no plano social. No entanto, faltou a administração a decisão política e a vontade de governo de aprofundar conflitos e enfrentar interesses visando a mudança da correlação de forças na sociedade. A opção administrativista, a ausência de uma postura permanente de disputa política frente à direita, a falta de um processo claro de democratização, através de mecanismos de participação efetivos, não permitiram capitalizar politicamente a inversão de prioridades e construir uma hegemonia democrática na cidade. De outro lado, a não efetivação das propostas de campanha, sobretudo na área de transportes, sem esquecer o desastrado encaminhamento da última reforma tributária, cimentaram a base para o discurso que Maluf e a direita fizeram acusando o PT de incompetência e falta de compromisso. Foi dessa forma que o antipetismo deixou de ser um discurso raivoso da direita para passar a expressar um campo social e político mais amplo.

Os equívocos do 1º turno

A campanha eleitoral durante o primeiro turno foi responsável pela acumulação de uma série de erros que acabaram por fragilizar a própria candidatura de Suplicy que, mesmo indo para o segundo turno, não era vista nem sequer pela totalidade de seus eleitores como uma candidatura com chances de vitória.

A grande autonomização do candidato em relação à direção do partido, não enfrentado inicialmente pelas instâncias parti-

Parcelas importantes do centro anistiram Maluf, apostando em sua capacidade de barrar o PT.

dárias e pela própria administração, refletiu-se nos problemas de agenda e sobretudo na linha do programa de tv, levando à despolitização da mensagem da campanha - que limitou-se a afirmar a honestidade e a ética como valores para o governo, sem que se explorassem as propostas de inovação e de avanço que um novo governo petista pretendia introduzir na cidade.

Pior, a recusa ao enfrentamento com Maluf significou um prejuízo grande para a campanha, sobretudo para a capacidade de polarização do campo democrático. A bandeira do antimulufismo só veio ser erguida efetivamente no segundo turno. Isto garantiu a Maluf uma considerável cristalização do seu próprio eleitorado.

Paralelamente, o Suplicy que iniciou a campanha com 26% das preferências acabou com cerca de 24% dos votos, sem ter conseguido expandir praticamente nada o eleitorado.

Conspirou também contra um melhor desempenho da campanha o episódio do meio-irmão integralista do Suplicy, Anésio Lara Campos, o que projetou dúvidas e desconfianças com relação às posições do candidato sobre a questão racial.

Segundo turno: correção de rumos

A reversão dos principais fatores de crise da campanha no primeiro turno foi realizada através do resgate da função de direção que cabia ao partido na campanha eleitoral. O diretor do programa de tv, Chico Malfitani, pressionado pelas críticas e pela decisão do comando da campanha de substituí-lo, pediu afastamento, permitindo a reorientação do programa de tv que

passou a desenvolver com maior ênfase a crítica a Maluf, o resgate do PT e do campo democrático popular e a apresentação de propostas de governo visando demarcar aquilo que o PT queria realizar de novo, superando erros e aprofundando acertos da administração de Luiza Erundina.

A constituição de uma frente eleitoral de caráter democrático amplo permitiu a participação formal do PSDB, mas de fato incorporou de forma mais efetiva apenas alguns setores mais comprometidos com o enfrentamento a Maluf.

A regionalização da campanha garantiu o engajamento de um grande contingente de militantes e apoiadores no "corpo a corpo" e na realização de algumas atividades de grande envolvimento de massas, como a caminhada pelo centro da cidade às vésperas da eleição.

O melhor desempenho de Suplicy nos debates do segundo turno também ajudou a elevar a moral e a confiança da militância do PT e demais partidos da frente que na última semana se entregaram de corpo e alma na tentativa de reverter a situação. De cabeça erguida, o campo democrático e popular lutou bravamente, mas ainda precisa se colocar à altura do desafio de enfrentar o mais ambicioso projeto da direita conservadora desse país. Um projeto que coloca no centro da sua política a derrota política do PT no próximo período e, principalmente, na eleição presidencial de 1994. □

Felix Ruiz Sanchez é secretário de formação política do CDM/SP e foi membro da coordenação da campanha do Suplicy

Os equívocos da condução da campanha no 1º turno foram superados no 2º.



Uma radiografia do "neomalufismo"

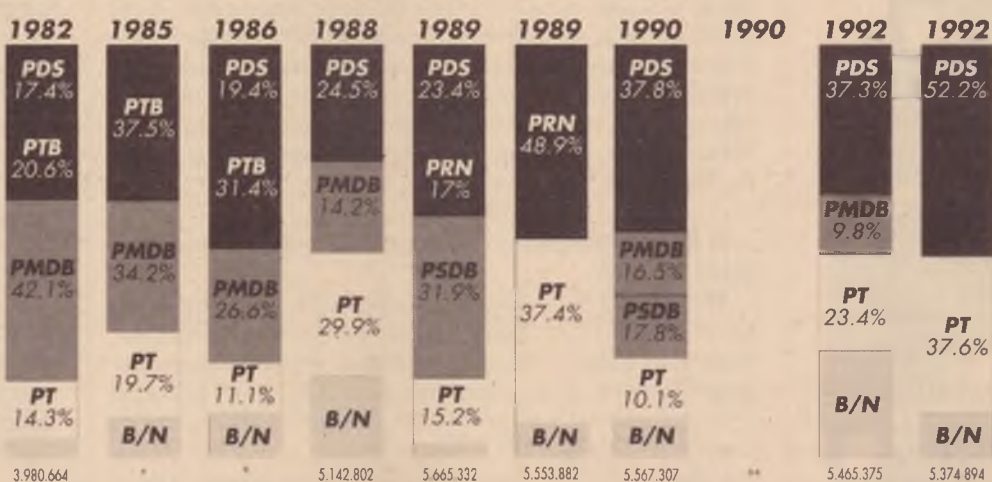
A vitória de Paulo Maluf, mais do que um movimento conjuntural de oposição ao PT ou de afirmação de suas bases eleitorais consolidadas, expressa um processo de recomposição do campo da direita conservadora, que articulou as bases eleitorais do ademarismo e do janismo, a direita tradicional na cidade oriunda do período populista, sob uma nova liderança. A participação do PDS, e sobretudo do próprio Maluf, na maioria das dez eleições majoritárias ocorridas no país desde 1982 ajudou a cimentar esse campo.

O gráfico ilustra o crescimento inicial do campo democrático popular liderado pelo PT, e sua estagnação após 1989, ao lado da fragmentação e, de certo modo, o encolhimento do "centro", representado pelo PMDB e pelo PSDB. Com variações de acordo com as injunções da disputa, o campo da direita manteve até 1992 um patamar bastante consolidado de cerca de 38% dos votos.

A introdução do sistema de dois turnos a partir das eleições presidenciais de 1989 deu, naquela ocasião e neste ano, o quadro para uma polarização da direita contra a esquerda que ilustra o potencial e sobretudo o acúmulo atingidos pelos dois campos em disputa. O segundo turno da eleição em São Paulo repetiu, praticamente, os percentuais da votação de Collor e Lula em 1989.

A distribuição dos votos pelos distritos da capital mostra que o PT manteve sua liderança nos segmentos mais escolarizados e mais jovens da periferia das zonas Sul e Leste, principalmente nos distritos vizinhos ao ABC paulista. Suplicy venceu Maluf na Vila Prudente, São Mateus, Sapopemba, São Rafael, Jardim Helena, Jardim São Luiz, Capão Re-

Evolução das votações na cidade de São Paulo



* Dados em percentagem extraídos de **São Paulo, Trabalho e Viver**, da Comissão de Justiça e Paz.
 ** Dados insuficientes - Maluf: 2.504.023 e Fleury: 2.141.756 votos.

dondo, exatamente no coração da classe trabalhadora da metrópole, empatando em quase todos os distritos vizinhos. Em compensação Maluf atinge seus melhores resultados nos distritos eleitorais da Mooca, Tatuapé, Vila Maria, Belenzinho, bairros de classe média baixa; e o Morumbi e os Jardins, locais de moradia da burguesia e a classe média abastada da cidade.

De onde veio então o eleitorado que garantiu ao Maluf a vitória? Uma pesquisa realizada pela Toledo & Associados às vésperas da eleição indica que 29% do eleitorado de Maluf votou nele pela primeira vez, enquanto 14% declarava ter votado algumas vezes e outras não. O eleitorado

"fiel" do Maluf, que sempre vota nele é de 57%. Maluf conseguiu expandir seu eleitorado não sobre as bases eleitorais do PT, mas sob as do "centro" (PSDB e PMDB), que teve nestas eleições um desempenho bem inferior a sua média histórica.

Para diminuir de forma considerável os índices de rejeição que detinha tradicionalmente junto ao eleitorado, Maluf desenvolveu uma campanha que articulou o silêncio da grande imprensa, normalmente crítica a ele, e o apoio de redes de tv de rádio. A própria postura e o discurso do candidato foram reformulados para "abrandar" Maluf, dando-lhe ares menos autoritários.

Concepções equivocadas

FABIO PEREIRA

A derrota do PT na disputa de prefeitura de São Bernardo do Campo tem um grande impacto, pois trata-se da cidade que foi o berço do sindicalismo combativo que teve papel decisivo na formação do PT e da CUT. Para analisar este processo, entrevistamos com Wagner Lino, vereador da cidade, novamente reeleito, e Mauro Iasi, membro da direção do partido em São Bernardo.

Como podemos explicar a derrota do PT em São Bernardo?

Wagner - Antes de mais nada, é importante lembrarmos que o seminário que fizemos em 1989, para balizar a atuação da prefeitura, apontou a necessidade da administração ser um instrumento de organização dos trabalhadores. A administração popular deveria colocar um novo patamar de organização para a cidade. Depois de quatro anos vemos o contrário: o partido afastou-se da organização popular, envolveu em sua organização, os militantes foram absorvidos pela máquina da prefeitura.

Se queremos ser governo do estado e do país é necessário um enraizamento profundo no movimento popular, porque não serão os deputados, o congresso, que darão o tom das verdadeiras mudanças que precisamos.

Houve, também, momentos de muito conflito, quando a prefeitura tomou uma postura de confronto com os trabalhadores da administração pública, ainda na época da eleição presidencial, posição que foi extremamente criticada pela direção do partido e da CUT.

A relação partido-administração foi sobretudo de conflito?

Mauro - No segundo turno da eleição para governador, em 1990, o Maurício saiu do partido para apoiar o Fleury - posição que ele reafirmou agora na avaliação das eleições municipais. No centro dos conflitos de então estava a discussão de como deveria se dar a relação partido-administração e o grau de autonomia que teria do ponto de vista administrativo. O prefeito voltou ao partido em janeiro de 1991 a partir de um acordo em que o partido acabou se submetendo, dando carta branca ao prefeito. Logo após, os companheiros que não concordavam com a posição defendida pelo prefeito foram demitidos dos cargos de confiança. O prefeito obteve uma autonomia absoluta.

O PT não ampliou, ao longo dos quatro anos, sua base social?

Wagner - O PT restringiu sua base social. Por isso, quando o companheiro Lula apontou a derrota como uma incapacidade de fazer alianças, ele está equivocado, porque mais amplos do que fomos só se nos aliássemos ao PMDB e ao PTB. Todos os outros setores foram procurados. E, também, há um erro na concepção de alianças. Se nós queremos a base do PSDB próxima a nós, temos que trabalhar com ela durante todo o governo e credenciarmo-nos como a melhor alternativa política para o município. Não é, então, a política de alianças que explica a derrota.

A derrota foi construída por uma concepção equivocada ao longo desses quatro anos.

Nós recapeamos e iluminamos muitas ruas, mas não fizemos o que é principal: politizar os atos da administração. Nós distribuímos terrenos nas favelas mas não tivemos capacidade de construir um movimento forte e consciente que pudesse ter continuidade.

Há um outro dado que reforça essa idéia: nossa atuação no movimento ecológico. A administração não teve uma política séria sobre a questão dos mananciais, da poluição, nas áreas que margeiam a represa Bilings. Nós tivemos um governo titubeante entre a ocupação das áreas e mananciais, do aumento dos loteamentos clandestinos e com falta de política para abraçar o que o movimento ecológico havia reivindicado. Esta também foi uma das causas que afastaram setores importantes das classes médias, dos intelectuais, da administração.

Em que medida a crise do movimento sindical influenciou o resultado eleitoral no ABC?

Mauro - Durante estes quatro anos vimos a rearticulação da direita com o projeto claro de retomar a prefeitura. Vimos isso nas eleições para deputado estadual, onde o Demarchi saiu como um dos candidatos mais bem votados.

Esta ofensiva no entanto tinha como limite as bases sociais do PT, a força que o movimento popular e sindical acumulou durante estes dez anos. Isto era um empecilho ao projeto da direita de retomada da administração.

Mas se o partido deveria crescer em determinados setores, isso não aconteceu. Chegamos a uma situação em que ocorre o oposto: perdemos bases sociais no operariado e no movimento popular, não ganhamos setores sociais intermediários e vimos surgir na cidade uma militância de extrema direita, como os skinheads ou o grupo Pátria e Liberdade.

Wagner - No movimento sindical, nós vimos a entrada importante mas tardia no processo do impeachment. Não foi o movimento sindical quem capitaneou esta luta, numa região onde é tradição o movimento operário liderar esse tipo de mobilização. Não vimos a luta contra o desemprego e a recessão desembocar na luta contra o governo. Ao contrário. O movimento sindical estava amarrado a uma estratégia de negociação nas câmaras setoriais, mobilizando em função disso e entrou tardiamente nessa luta. Isso influenciou o resultado eleitoral na medida em que não fomos capazes de vincular a conjuntura nacional, extremamente favorável ao partido, à luta política na cidade.

As disputas travadas em torno da escolha do candidato a prefeito prejudicaram a campanha?

Mauro - O debate em torno da escolha dos candidatos num partido como o PT é normal e positivo. O que denunciemos foi a forma como estava se dando a disputa: extremamente despolitizada e beirando ao que nós chamamos uma guerra de quadilha.

A possibilidade da candidatura Djalma Bom não agradava o prefeito, isto era público. No episódio da saída do prefeito do partido um dos secretários que se posicionou contra suas atitudes e que inclusive se desligou do cargo que ocupava (ou foi desligado) foi exatamente o Djalma.

Quando se colocou a disputa entre Djalma e Laurentino, secretário de obras da atual administração, foi cobrado que esta disputa partisse de uma avaliação da atual administração, do papel de uma prefeitura como São Bernardo no conjunto da estratégia partidária. Mas nenhum dos dois pré candidatos apresentou sequer uma proposta política. Enquanto aconteciam churrascos, abaixo-assinados, festas, dentro da máquina administrativa e do partido, fazia-se um festival de filiações. Em dois meses se filiou mais que nos últimos cinco anos, com a omissão por parte das direções estadual e nacional. Este esquema montado para disputa interna acabou expondo o partido e o candidato eleito a queimações.

Wagner - A principal responsabilidade pela derrota cabe à concepção de construção partidária que está prevalecendo no partido na cidade. Hoje acontece com o PT o inverso do que acontecia quando estávamos no Sindicato dos Metalúrgicos. Chegamos a perder o sindicato, mas o movimento saiu fortalecido, tomou consciência, a partir do confronto e respaldado na mobilização de massas.

O que temos assistido atualmente em São Bernardo é a quase total submissão à máquina da prefeitura, e esta máquina não servindo para alavancar o movimento para que este compreenda que o fim não é só ganhar prefeituras, ganhar o governo do Estado mas é realizar uma transformação mais profunda na sociedade. Esta é uma concepção que desorganiza os trabalhadores.

Durante quatro anos nem o partido nem as prefeituras fizeram um trabalho conjugado com as entidades sindicais na área do ABC. O que pudemos ver, e não só em São Bernardo, é que muitas vezes o partido se desintegra frente à política do executivo. □

A principal responsabilidade pela derrota cabe à concepção de construção partidária que tem prevalecido no PT de São Bernardo.

Preparando 1994

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

Raul Pont é deputado federal e foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre na chapa encabeçada por Tarso Genro. É a única das capitais onde partido foi vitorioso em 1988 que repetiu a dose. Nesta entrevista, Raul aponta vários aspectos que possibilitaram a vitória do PT.

A imprensa ressaltou o fato de Porto Alegre ter quebrado a tradição de o prefeito não eleger seu sucessor. Dentre as capitais administradas pelo PT, Porto Alegre foi a única em que o PT voltou a ganhar. Quais as principais razões?

É verdade que Porto Alegre sempre teve essa tradição oposicionista, mas temos que lembrar que era oposição aos prefeitos nomeados e que, anteriormente a 64, o velho PTB não tinha hegemonia. Brizola não elegeu seus sucessores, na prefeitura e no governo do estado.

Nós podemos apontar alguns elementos que foram centrais para mudar essa tradição e, mais até, começar a deslocar para a esquerda, de forma consistente, o grande contingente do voto popular em Porto Alegre, com repercussão no estado.

O PT sempre teve uma implantação nos setores mais organizados e construiu um apoio expressivo desde 1982. Neste ano obteve 13,5% dos votos, em 1985, 11,3%. Olívio foi eleito com 34%. Nesse meio tempo, em 1986, chegamos a 18,2%. Havia já um apoio consolidado. A grande dificuldade era chegar até os setores mais pobres, nas vilas, derrubar o cinturão clientelista montado pelo PDT e PMDB. Este, inclusive, chegou a ter um programa, "Fala Favela", que chamava de "política habitacional", e distribuía material de construção segundo critérios clientelistas. A Administração Popular rompeu com esta prática, o que implicou em uma abertura para a disputa política de áreas antes fechadas. Mostrou que não era preciso clientelismo para ter acesso aos serviços e obras públicas, abriu efetivamente a participação popular sem pedir nada em troca. O orçamento participativo foi o maior exemplo desta política: envolveu a participação de mais de 500 associações, uma participação direta de quase 20 mil pessoas no conjunto das 17 micro regiões da cidade.

Outro aspecto foi o quadro nacional. O PMDB, que já vinha fragilizado, enfrentou o problema Quéricia. O PDT, mais forte na cidade, perdeu bases que não aceitaram o posicionamento nacional de Brizola e Collares. Setores declarados do PDT, já no 1º turno, nos apoiaram.

Um último ponto é a consolidação do PT, capacidade organizativa e de mobilização, que foi decisiva. E é preciso destacar o processo de evolução positiva que teve a relação do PT com a Administração. Foi melhor que em outros locais. No primeiro ano a relação foi de cobrança e teve enfrentamentos. Aos poucos houve uma crescente sintonia. A chapa de unidade, definida consensualmente no partido, expressou essa situação. E nos permitiu montar uma chapa eleitoralmente forte, com a confiança do partido e da militância, mostrando uma linha de continuidade da administração e uma identidade com o partido.

A Administração do PT enfrentou pelo menos dois grandes conflitos, o dos transportes e o da reforma tributária. Qual foi o efeito na disputa eleitoral?

Primeiro, na questão dos transportes, a Prefeitura bancou o enfrentamento, encampou empresas com a idéia de sair com um fortalecimento do setor público. Mas teve que recuar, perdeu vários aspectos na justiça. Não conseguiu também aprovar na Câmara a taxa de transporte, que é uma disputa que corre até agora na Câmara. Mas a partir do conflito, a Prefeitura teve condições de impor regras e condições, conseguindo uma efetiva melhoria de qualidade e na oferta de linhas e ônibus.

O maior enfrentamento mesmo foi no IPTU. Todos os candidatos adversários nos atacaram. Mas tanto no processo de encaminhamento do IPTU como na campanha a resposta foi dura e teve um cunho ideológico forte. Defendemos a progressividade e o princípio de quem tem mais paga mais, resultando em obras e serviços para os que precisam. Nos bairros populares

o discurso anti-IPTU não entrou. A reação partiu dos setores mais ricos, naturalmente, e só aí teve aceitação.

A campanha teve mais a cara da administração ou do PT?

Primeiro, tinha um sentido evidente de continuidade. O Olívio era um dos que mais aparecia na campanha. Ela teve também um aspecto de explicar os problemas que enfrentamos e não só de afirmar o lado positivo. O PT aparecia muito e também a Frente Popular. O caráter partidário foi marcado.

Agora uma questão interessante de se mencionar é a disputa do 2º turno. Apesar de que seria melhor já vencer no 1º, a segunda votação teve o mérito de limpar o terreno. Nenhum partido que não estava na disputa teve condições de fechar posição contra o PT. O PMDB foi então para a direita e por cima, sem apoio de bases dos outros partidos. Brizola, Collares, Simon, Jair Soares e Sival Guazelli se juntaram. Enquanto isso, o presidente da juventude socialista do PDT nos apoiava,

O orçamento participativo envolveu diretamente quase 20 mil pessoas.



boa parte do setor de mulheres do PDT também. Sindicalistas do PDT e outros partidos se juntaram aos sindicalistas do PT. O PCdoB é que saiu chamuscado. No 2º turno nem chegou a fazer campanha para o PMDB. Participante no governo estadual do PDT e na chapa do PMDB, só no final da campanha descobriu que estava junto com a direita...

Essa clarificação do 2º turno foi importante.

O que se pode levantar como perspectiva, para o PT e a Administração, a partir desta avaliação da campanha?

A Administração tem o compromisso de aprofundar a democracia e a intervenção para alterar as condições de vida do povo. Em todos os aspectos. É interessante lembrar que uma das polêmicas com o candidato do PMDB é que ele se proclamava um candidato que pensava grande, inclusive na Porto Alegre como capital do Mercosul. Nós dizíamos que ele pensava para os grandes. Nós dizíamos que pensar grande é pensar nos grandes problemas do povo, no emprego, na educação, no poder de participar efetivamente nas decisões políticas.

De outro lado, o PT tem um grande trabalho pela frente, ainda não capitalizou todo o crescimento e o potencial aberto pela Administração e agora a campanha. O PT conseguiu iniciar um processo para hegemonizar o voto popular em Porto Alegre e no Estado, que chegou a 73% dos votos em Lula no 2º turno e que tem um caráter que podemos chamar de democrático popular. Isto tem um sentido de consolidar de forma mais consistente na sociedade um deslocamento a partir da experiência na Administração e na disputa eleitoral. Mostra um potencial de polarização que se verificou no 2º turno e que deve se projetar para a frente, crescendo as nossas condições para as disputas de agora até 1994. □

A Administração Popular de Porto Alegre conseguiu penetrar nas áreas mais pobres, rompendo com o cinturão clientelista montado pelo PDT e PMDB.

Bases para o plebiscito

RAUL PONT

A Constituição de 1988 manteve praticamente intacto o sistema de representação eleitoral criado pela ditadura militar. Esse sistema foi construído para impedir, num primeiro momento, derrotas maiores da ARENA, mas aos poucos foi se consolidando como norma.

Pouco se tratou desta questão. Igualmente passou ao largo o debate do sistema partidário. Agora, frente ao plebiscito de 21 de abril, estas questões ganham enorme relevância e é hora de debatê-las criticamente. Na verdade elas precedem a polêmica sobre sistema de governo, pois referem-se às condições que podem viabilizar um processo político democrático, seja sob o parlamentarismo seja no presidencialismo.

Não há como escamotear que o princípio de qualquer democracia é a igualdade do voto, a identidade de que a cada cidadão corresponde um voto. Esse princípio é fraudado pelo sistema eleitoral montado pela ditadura e pela Constituição atual. É o sistema eleitoral mais desproporcional entre os adotados pelos "países democráticos".

A fórmula mais simples e correta de enfrentar este problema é assegurar a proporcionalidade direta e nacional. Há, no entanto, propostas de várias modalidades de voto distrital, que com maior ou menor gravidade, conforme o caso, a pretexto de reduzir a desigualdade introduzem mecanismos de exclusão de parcelas importantes da vontade popular.

As experiências em países que adotam esse sistema mostram que ele pode ser completamente desvirtuador na representatividade da cidadania. Isso ocorreu por exemplo na França, quando De Gaulle impôs sua reforma centralizadora e autoritária, e também um novo sistema eleitoral. A esquerda daquele país caiu de praticamente 1/3 na sua representação na Câmara dos Deputados, para menos de 10%. Mas não é só a esquerda que pode ser prejudicada. Vejamos o caso, na Inglaterra, do Partido Liberal. Espremido entre o Conservador e o Trabalhista, acaba tendo uma representação inferior ao peso na sociedade. Em 1983, o Partido Liberais obteve mais de 25% dos votos e menos de 4% das cadeiras.

Fala-se que o voto distrital misto amenizaria as desigualdades, estabelecendo uma metade eleita pelo voto distrital e a outra metade por voto de lista partidária proporcional. As desigualdades e as desproporções se manteriam.

Armadilha do voto distrital

Outro tipo de voto distrital é o que, teoricamente, copia o sistema alemão. Baseia-se primeiro no princípio da proporcionalidade e, depois, no princípio da representação distrital. Este modelo respeita a proporcionalidade mas a primazia dos eleitos está nos distritos.

Sabemos que, hoje, o voto proporcional é criticado por se alegar que nele existe o abuso econômico e que o número de eleitores que participam de um processo de votação para a escolha de deputados estaduais e federais torna a campanha muito cara. Ora, será que o voto distrital, reunindo alguns municípios ou, às vezes, um grande município, vai reduzir o poder econômico? Não. Ele apenas vai ficar mais concentrado e ter uma ação maior se não for fiscalizado.

Por outro lado nossa principal crítica ao voto distrital, em qualquer de suas versões, é seu caráter conservador, paroquial, de pasteurização do debate em torno de temas locais ou de reivindicações genéricas de "todos", em detrimento das questões sociais e de interesse de classe. Na maioria esmagadora dos distritos o debate despolitiza-se, contribuindo para o voto ser polarizado pelo conservadorismo.

Somos defensores do voto proporcional em listas partidárias, pois, além dos argumentos anteriores, é o que garante a melhor e mais fiel representação de todas as forças. Não é possível construir democracia sem a representação das minorias, sem a representação de todas as forças que queiram

participar. Não é possível construir democracia impondo barreiras à representação democrática, monopolizando em torno a poucos partidos a vida política.

Nunca é demais lembrar que o movimento democrático e socialista dos trabalhadores levou bastante tempo para conquistar o voto proporcional.

Sistema partidário

Normalmente, tem-se uma visão equivocada dos sistemas partidários. Diz-se que no Brasil existem muitos partidos, mas, recorrendo de novo à comparação com os chamados países democráticos, vemos que aí existe um grande número de partidos, ainda que nem todos tenham representação parlamentar. A França tem trinta e seis partidos. A Alemanha, antes da unificação, tinha trinta e dois partidos. Os Estados Unidos, reino do bipartidarismo, têm vinte partidos registrados.

Antes de tudo, é preciso uma posição de princípio que é a de resguardar formalmente a liberdade plena de existência de partidos. Não podemos aceitar que a barreira parlamentar seja também um julgamento quanto a existência legal. Não podemos confundir as duas coisas.

Uma outra questão, envolvida no debate sobre o sistema partidário, é a necessidade da prevalência do coletivo, do partido, sobre o individual. O parlamentar hoje, na prática, "privatiza" o mandato: muda de partido quando quer, não presta contas nem ao partido nem aos seus eleitores. A nova legislação deve garantir que a mudança de partido ocasione a perda de mandato de quem assim proceda.

Também entendemos que não se pode aceitar o financiamento estatal dos partidos. Isso vai significar o risco de transformar partidos em apêndices estatais, de imperar o eleitoralismo (na medida que o financiamento estatal, segundo os projetos que o propõem, seria proporcional aos votos recebidos). Este tipo de dependência pode gerar ainda uma maior alienação dos eleitores e dos aderentes partidários dos destinos do partido, que não dependeria da sua própria organização para sua própria sustentação. A idéia de que existindo o financiamento estatal implicaria no fim da corrupção eleitoral-partidária é completamente ingênua. Para combater estes focos de corrupção é preciso partidos de enraizamento real na sociedade e controle sobre processos eleitorais. □



Eleitores cadastrados em 1992

Estado	Eleitores	Nº Proporcional de Deputados	Nº Existente de Deputados	Diferença	
SÃO PAULO	19.849.09	110	21,99%	59	-51
MINAS GERAIS	16.092.37	56	11,18%	53	-3
RIO DE JANEIRO	8.717.636	49	9,66%	46	-3
BAHIA	6.694.900	37	7,42%	39	+2
RIO GRANDE DO SUL	6.053.960	34	6,71%	31	-3
PARANÁ	5.497.858	31	6,09%	30	-1
PERNAMBUCO	4.297.699	24	4,76%	26	+2
CEARÁ	3.798.538	21	4,21%	22	+1
SANTA CATARINA	2.966.323	16	3,29%	16	0
PARÁ	2.627.679	15	2,91%	17	+2
MARANHÃO	2.680.878	14	2,88%	18	+4
GOIÁS	2.515.083	14	2,79%	17	+3
PARAIBA	1.983.373	11	2,20%	12	+1
ESPIRITO SANTO	1.618.160	9	1,79%	10	+1
PIAUI	1.554.122	9	1,72%	10	+1
RIO GRANDE DO NORTE	1.465.174	8	1,62%	8	0
MATO GROSSO	1.196.459	7	1,33%	8	+1
MATO GROSSO DO SUL	1.129.579	6	1,25%	9	+3
ALAGOAS	1.035.150	6	1,15%	9	+3
AMAZONAS	1.004.581	6	1,11%	8	+2
DISTRITO FEDERAL	895.926	5	0,99%	8	+3
SERGIPE	890.313	5	0,99%	8	+3
RONDONIA	653.140	4	0,72%	8	+4
TOCANTINS	621.727	3	0,69%	8	+5
ACRE	236.849	1	0,26%	7	+6
AMAPÁ	165.172	1	0,18%	8	+7
RORAIMA	101.722	1	0,11%	8	+7
TOTAL	90.263.47	503	100,00%	503	0

DADOS: O ESTADO DE S. PAULO, 2/10/92

O sistema eleitoral construído para manter as vitórias da Arena durante a ditadura foi mantido intacto até hoje.

Armadilha parlamentarista

FÁBIO PEREIRA

O debate sobre qual sistema de governo o PT defenderá no plebiscito marcado para 21 de abril de 1993 não conseguiu ainda empolgar o partido. No conjunto da sociedade tampouco a discussão avançou. Mas acelera-se agora a discussão sobre a reforma da legislação eleitoral e partidária e, conseqüentemente, das bases do sistema de governo a ser adotado a partir de 1995. Com o fim do período eleitoral, esta discussão tende a polarizar as atenções do PT.

Sem nunca ter feito um debate sério sobre o tema, o partido tem até agora uma posição tendencialmente parlamentarista: o Diretório Nacional já votou posição nesse sentido, as principais lideranças do partido, inclusive Lula, vinham manifestando a mesma posição. Para a adoção da posição definitiva, o Diretório Nacional aprovou a realização de um plebiscito, marcado para 14 de fevereiro de 1993.

Tática e estratégia

Muitos parlamentaristas do PT partem de uma discussão estratégica correta, identificando em uma forma de governo coletiva, onde o executivo pode inclusive ser mais facilmente substituído, uma posição mais coerente com nossa estratégia socialista. O parlamentarismo tem sido, também, uma forma de abordar o problema da realização de reformas democráticas radicais do sistema eleitoral e partidário.

Mas a maioria dos defensores do parlamentarismo adicionam a estes elementos positivos outras qualidades que o PT, como partido que propõem uma transformação radical da sociedade, deve questionar, pelo menos na sociedade atual. A necessária negociação para se chegar à maioria parlamentar que é preciso construir no parlamentarismo, a estabilidade institucional oriunda da suposta capacidade do parlamentarismo sair ileso de crises de governo mesmo as mais profundas e, finalmente, a capacidade do parlamentarismo afastar a hipótese de que forças políticas situadas nos extremos do espectro político possam chegar ao poder, não somam para nossa estratégia de luta pelo governo e pelo poder.

A discussão sobre o sistema de governo, se não é apenas uma tese sobre uma situação ideal, deve ganhar centralidade exatamente nos argumentos que apontam para as conseqüências que cada uma das formas de governo terá para a estratégia de luta pelo socialismo no Brasil. O PT desenvolveu uma visão estratégica de que a luta pelo poder passa, em nosso país, pela combinação entre a luta institucional, com a ocupação de espaços no parlamento e nos executivos, e luta de massas, a mobilização direta dos explorados e oprimidos em luta por seus interesses. Nesta estratégia, a conquista da Presidência da República seria um momento fundamental da alteração da correlação de força, que poderia desencadear um acirramento da luta de classes e levar os trabalhadores a novas conquistas, à disputa de hegemonia em condições muito mais favoráveis.

Mesmo os parlamentaristas convictos concordam com essa tese, a não ser aqueles que querem o PT diluído em um impreciso "governo de centro-esquerda" e abrem mão da disputa do governo do país através de um bloco de forças liderado pelo PT. E é exatamente a possibilidade dessa hipótese realizar-se que deve estar presente na definição do PT sobre o sistema de governo. Nossa tática (a posição sobre o sistema de governo) não pode nos afastar da hipótese estratégica (conquista do governo) que nós mesmos estabelecemos.

Democracia e parlamentarismo

Outro argumento bastante sustentado pelos parlamentaristas é o de que este é o melhor sistema de governo desde que precedido por amplas reformas no sistema eleitoral e partidário, incluindo a democratização radical dos meios de comunicação de massa, a inibição do uso do poder econômico nos processos eleitorais, etc. Mesmo que nos posicionássemos com uma impossível neutralidade, pensando apenas no que é melhor para o país de forma abstrata, sem considerar a luta pelo poder que se trava permanentemente, esta seria uma posição no mínimo ingênua.

O Brasil possui uma determinada tradição política. As classes dominantes, depois de um século de República, jamais exerceram o seu poder através de partidos políticos ideologicamente consistentes e com enraizamento na sociedade. Sua forma de exercício do poder é, por excelência, o clientelismo, a fraude, a corrupção, a manipulação de massas. Obviamente, uma reforma política e eleitoral com o conteúdo proposto beneficia apenas o PT, único partido que existe na plena acepção da palavra.

Ao contrário, o que se aponta hoje é para a introdução de modificações na legislação eleitoral que reforçam o atual sistema partidário e que tendem a fazer diminuir no parlamento a presença da esquerda. A introdução do voto distrital, por

Nossa posição sobre sistema de governo não deve nos afastar da luta pela disputa do governo.



exemplo, na grande maioria dos modelos propostos, vai tornar ainda mais distorcida a representação no parlamento. E agora não apenas por efeito da distorção do número de deputados por Estado mas também pela introdução do voto majoritário para eleição de uma parte dos parlamentares.

Presidencialismo é mais autoritário?

Há também muitos companheiros que defendem o parlamentarismo argumentando contra o presidencialismo. Este seria "imperial", pois concentra o poder executivo em apenas uma pessoa. Estaria nas raízes da tradição autoritária e excludente da política brasileira. Seria muito mais fechado a medidas democratizadoras do Estado que o parlamentarismo. Aqui também há vários equívocos. Em primeiro lugar, a idéia de que no parlamentarismo o poder está "naturalmente" desconcentrado, dividido entre o gabinete ministerial. Isto não tem se comprovado em muitos casos. A Inglaterra de Margaret Thatcher é algum exemplo de poder dividido?

É preciso lembrar ainda que, a luta pela democracia no Brasil adquiriu seu maior vulto exatamente lutando por eleições diretas para Presidente da República. Talvez seja a única forma da população fazer diretamente as grandes opções de rumos para o país, opções estas bastante diluídas em interesses localistas, regionais e setoriais nas eleições parlamentares.

Além disso, não podemos esquecer o conteúdo que o parlamentarismo sempre adquiriu para as classes dominantes no Brasil: instrumento de conciliação, de acordos por cima para solução de suas crises de governo.

Finalmente, não é o sistema de governo que impede a democratização real do Estado no Brasil. A ampliação do controle da sociedade sobre o Estado, a criação de mecanismos de participação popular, a democratização dos meios de comunicação de massa, a desprivatização do Estado, são todas medidas que podem ser adotadas em um ou outro sistema de governo. O que nunca houve foi vontade política para fazê-lo. Com Lula presidente em 1994 talvez possamos começar. □

* Fábio Pereira é membro do CDE do PT/SP



O declínio do neoliberalismo

JOSÉ CORRÊA

A política neoliberal perdeu, face à recessão, sua funcionalidade. Uma nova orientação tem de ser encontrada.

Estão ocorrendo transformações profundas na cena internacional. A atual recessão é, como reconhece Alan Greenspan, presidente da Reserva Federal dos EUA, a mais grave desde a década de 30. Para enfrentá-la e retomar o crescimento nos anos 90, o economista chefe do Banco Mundial, Lawrence Summers recomenda que os países desenvolvidos esqueçam os dogmas não-intervencionistas dos anos 80 e apoiem-se em mais ação governamental, com políticas mais ativas e menos obsessão com aperto monetário e temor inflacionário.

Com a vitória de Clinton (ver matéria ao lado), estamos diante de um novo discurso oficial do governo daquela que ainda é a maior economia do mundo. A política econômica neoliberal perdeu, face a recessão que só tem se aprofundado, sua funcionalidade. Um novo tipo de orientação tem que ser encontrado.

Novo cenário

A eleição de Clinton é a expressão mais evidente de um processo do que de declínio do neoliberalismo. Mas o desgaste do neoliberalismo não é evidente apenas nos Estados Unidos, onde o economista Robert Reich aparece como o formulador de uma nova política econômica (ver box), mas também na Europa. Pode ser exemplificado pelas massivas manifestações que vem ocorrendo na Inglaterra, Itália e Espanha. Mas principalmente pelas dificuldades de implementação da política definida pelos acordos de Maastricht. A Europa neoliberal terá, no mínimo, que ser readequada face a pressões populares, expressas em referenduns e protestos populares. As matérias das páginas 16 e 17 exploram esta situação.

Na América Latina, temos não só a queda de Collor no Brasil, mas também o plebiscito que se realizará em 13 de dezembro no Uruguai, onde é provável que o projeto de privatização do governo seja rejeitado.

O programa de Clinton

Robert Reich, professor de economia em Harvard, e "conselheiro oficial" de Clinton propõe um "novo paradigma". Sob sua influência, Clinton baseou sua campanha no "reconhecimento do declínio americano: queda do nível de vida, taxa de crescimento anêmica, desemprego elevado, produtividade estagnada, desigualdade exponencial das rendas, desalocação de empresas, inadequação da formação profissional, degradação da infra-estrutura, crise no setor da saúde... Reagan e Bush agravaram a situação porque não fizeram nada nas áreas de formação, modernização dos transportes, reconstrução das cidades, melhoria do meio-ambiente. E o que eles fizeram - desregulamentação dos transportes e dos serviços financeiros, privatização dos serviços, estímulo à especulação - representou uma política de desinvestimento.

"O projeto de Reich baseia-se na aceitação da globalização e na estruturação de uma estratégia destinada a atrair para os EUA os investimentos multinacionais em setores de alto valor agregado da economia. Implica, igualmente, em que as empresas renunciem a sua política de

desalocação e que, segundo os termos de Clinton, as empresas americanas retornem a seus velhos comportamentos: 'exportar produtos e não empregos'. Para isso são propostos uma série de incentivos fiscais, mas também um vasto programa de infra-estrutura material e imaterial, destinado a seduzir os investidores estrangeiros e a fixar os investidores internos. Entre as prioridades do democrata: substituir a envelhecida rede de telefones americana pela fibra ótica; desenvolver o trem de alta velocidade; melhorar as estradas; e sobretudo formar uma mão-de-obra adequada. No programa pedagógico de Clinton está a criação de centros de formação e aprendizado e um projeto de financiamento de formação profissional com um imposto de 1,5% sobre as transações das empresas" (*Le Monde Diplomatique*, outubro 1992, p. 14).

Reich foi indicado para chefiar o grupo que definirá a política econômica do novo governo. E o futuro presidente já afirmou que criará meio milhão de novos empregos em um ano, através de um programa incentivos fiscais para planos de investimentos das empresas e outro de aumentos de gastos em obras públicas.



O novo quadro tem que integrar também a análise das enormes dificuldades que as sociedades do Leste europeu estão enfrentando na transição ao capitalismo. Yeltsin já teve que retroceder de seu programa monetarista radical original e face as pressões sociais e ao risco de desindustrialização da Rússia, recompor-se com os burocratas responsáveis pela indústria estatal do país. Na Lituânia, após a amarga experiência da economia de mercado, os comunistas foram reconduzidos ao governo através de eleições livres. A vaga neoliberal começa a retroceder também nesta região do mundo.

Mas como excessão que permite um útil contraponto a essa tendência dominante, o processo de transição ao capitalismo avança celeremente na China, conduzido com muito mais segurança do que na Rússia, como mostra Roland Lew na matéria que publicamos nas páginas 18 e 19.

Política global

É importante destacar que o neoliberalismo não é, como normalmente se destaca, apenas uma orientação de política econômica, mas uma visão política e ideológica global, que procura estabelecer uma nova correlação de forças entre as classes. Essa visão tem que ser combatida na totalidade de suas manifestações e com clareza de suas contradições internas.

Assim, por exemplo, embora o discurso dominante nos anos 80 fosse radicalmente anti-intervencionista e considerasse o mercado como a forma ótima de organização da atividade econômica, vendo a presença do Estado sempre como negativa, esta não era a prática do neoliberalismo.

Este discurso integrou, nos Estados Unidos, uma política coerente, visando "exorcizar o demônio da derrota do Vietnã empreendendo uma ação afirmativa em apoio a qualquer luta nominalmente anticomunista em qualquer lugar do mundo...e expandir o déficit orçamentário por meio de gastos com defesa e forçar um Congresso (e uma nação) recalcitrante a cortar cada vez mais os programas sociais que a redescoberta da pobreza e da desigualdade racial nos EUA, nos anos 60, tinham produzido (David Harvey - *Condição pós-moderna*, p. 296).

Por toda parte, esta política representou um ataque em regra da burguesia contra os trabalhadores: ataques às conquistas e direitos sindicais, maior controle e exploração dos trabalhadores sobre o pretexto de aumentar a produtividade, o crescimento do desemprego, etc. O resultado foi *sempre* o aumento da pobreza e a deterioração das condições de vida, as chamadas sociedades de 2/3 (com 1/3 da população excluída).

Esta ofensiva reacionária abarcou também o campo da moral e do comportamento: o questionamento das conquistas anteriores do movimento das mulheres, em particular na questão do aborto; a discriminação dos homossexuais; a perseguição e o preconceito contra os imigrantes nos países centrais; a revalorização do conservadorismo dos costumes; etc.

É claro que para os ricos, educados e privilegiados dos países centrais "as coisas não podiam ter sido melhores. O mundo dos imóveis, das finanças e dos serviços cresceu...Muitos grandes centros urbanos viram de repente que controlavam um novo e poderoso negócio. Nas costas dessa expansão dos negócios e dos serviços financeiros, formou-se toda uma nova cultura *yuppie*, com seus atavios de pequena nobreza, estreita atenção ao capital simbólico, à moda e ao design e de qualidade de vida urbana" (Harvey - *Op. cit.* p. 299/300).

Quem paga

Finalmente, é bom lembrar que a intervenção estatal e o retorno ao keynesianismo como doutrina de que tanto se fala hoje nos países centrais pode significar coisas muito diferentes, conforme quem paga a conta das despesas estatais com uma política de relançamento econômico.

Elas podem ser pagas com impostos sobre a burguesia, como no modelo social-democrata tradicional do *welfare state*; ou com a emissão de novos títulos de dívida pública, como Reagan e Bush fizeram para financiarem as despesas com armamentos dos EUA, pagando juros para a burguesia. A pressão social pelo fim do arrocho e a redução do desemprego torna a disputa para ver sobre quem recai o preço da crise, acirrada. □

EUA: a vitória de Clinton

A eleição norte-americana foi um plebiscito sobre a política conduzida pelos governos Reagan e Bush desde 1980 para tentar reverter o declínio do império que dirigiam. Política baseada no militarismo e numa cruzada anti-comunista, que surgiu como vitoriosa com a *débâcle* da União Soviética, financiada pelo endividamento frente aos demais países imperialistas, e na redução das despesas sociais em benefício dos ricos. O deslocamento para a direita das forças políticas em cena, a ofensiva ideológica conservadora e o culto ao mercado acompanham estas mudanças e produzem o clima de reação que caracteriza o neoliberalismo. Da recuperação da recessão de 1980/2 até 1990, isso permitiu à economia os EUA manter um certo nível de crescimento, gerar empregos pouco qualificados e alimentar uma fabulosa ciranda financeira em favor dos setores mais parasitários do capital. Mas a recessão iniciada em 1990 mudou isso, agudizando ainda mais as tensões sociais e expondo a fragilidade da economia norte-americana frente a seus concorrentes, não revertida mas sim agudizada ao longo dos anos 80. Sob o governo Bush a conclusão desta política pode ser simbolicamente visualizada pelo contraponto entre a Guerra do Golfo no início de 1991 e o levante de Los Angeles, em abril de 1992.

Polarização

A polarização criada na campanha é expressão deste cenário. Bush e o Partido Republicano lançaram, depois dos motins de Los Angeles, uma campanha reacionária em defesa dos valores da família, visando as feministas e os homossexuais. Sua campanha privilegiou assim não só a discussão do papel internacional dos EUA, como foi destacado pela mídia brasileira, mas também a defesa da família e da moral. Clinton, de outro lado, embora tenha capitaneado uma guinada para a direita do Partido Democrata (expressa na escolha de seu vice, Al Gore) e obtido um amplo apoio das grandes corporações, procurou também resgatar o tradicional leque de apoio dos sindicatos e dos movimentos progressistas aos democratas. Destacou, sem dúvida por motivos eleitorais, o problema do desemprego e posicionou-se ao lado das mulheres (com destaque para o problema do aborto), negros, homossexuais e aposentados. Isso levou analistas a destacarem o seu perfil "populista". De qualquer forma, o impacto disso sobre o eleitorado pode ser constatado no perfil dos eleitores traçado pela pesquisa de boca de urna do pool de redes de televisão, que publicamos ao lado. A vitória de Bill Clinton (com 43% dos votos, contra 38% de Bush e 19% de Ross Perot) é indicativa de que há uma mudança importante do cenário político e do clima ideológico.

Não há porque pensar que se trata da vitória de um novo projeto acabado, alternativo ao neoliberal, ganhando a hegemonia na burguesia norte-americana, mas também não se trata de substituir as mudanças em curso. Tanto os eleitores, como o grande capital industrial deram a Clinton um mandato para enfrentar a crise econômica e social que abala a sociedade norte-americana e reverter o seu declínio - através de uma política baseada na intervenção estatal e na recuperação econômica através de reformas profundas no aparelho produtivo, na infraestrutura social e na formação profissional, que permitam elevar a produtividade.

Essa percepção do desejo de mudança é reforçada pela análise dos resultados das eleições legislativas, também polarizadas pelos temas econômicos e sociais. O número de mulheres deputadas passou de 28 para 47 e o de negros de 25 para 38 (sobre o total de 435). Um ímpeto renovador pode ser registrado também na desconfiança dos eleitores para com os políticos tradicionais, o que significou a aprovação por 14 estados de emendas que limitam o número de reeleições de seus parlamentares. Por fim, o resultado de emendas polêmicas submetidas a votação também registra estas tendências: um proposta de legislação contra o homossexualismo, que o classifica como "anormal, errado, anti-natural e perverso" foi derrotada no Oregon (embora tenha recebido uma forte votação nas áreas rurais); uma lei favorável ao aborto foi aprovada em Maryland; e uma proposta de restabelecimento da pena de morte foi derrotada na capital, Washington, que é a cidade com maior número de assassinatos por habitante do mundo.

Três iniciativas

Os analistas norte-americanos, principalmente os da esquerda, tem destacado como a grande novidade desta eleição o descontentamento popular com o sistema político baseado no bipartidarismo. Isso expressou-se por exemplo nos dados eleitorais. 104 milhões de americanos votaram, um recorde histórico, e Clinton beneficiou-se dos votos daqueles que tradicionalmente se absteriam. Mas os 43% dos votos que obteve representam apenas 23,6% dos eleitores inscritos, a segunda menor votação de um presidente eleito neste século.

Este descontentamento foi expresso não só na desconfiança para com os políticos de Washington e na eleição de "outsiders", mas principalmente com a votação obtida por Ross Perot, um milionário direitista até então com vínculos com os republicanos, concorrendo como independente. O fenômeno Perot, fruto de uma gigantesca máquina de propaganda que gastou mais do que Clinton e Bush juntos, não pode obscurecer a análise de outras tentativas de superação do bipartidarismo.

No campo popular, este processo pode ser observado na evolução de três iniciativas políticas independentes progressistas que vem tentando quebrar com o monopólio da representação pelos dois partidos burgueses. A Campanha por um Novo Amanhã, que lançou o veterano ativista negro Ron Daniels para presidente, baseia-se numa rede de ativistas de vários movimentos sociais progressistas.

O Partido do Século XXI é a culminância de uma iniciativa desenvolvida desde 1989 pela Organização Nacional de Mulheres (NOW). Dispondo de uma base de massa no movimento de mulheres, ele tem condições de popularizar a idéia da ação política independente. Sua plataforma, a Carta dos direitos ampliada, é um programa de reformas radicais incorporando principalmente demandas feministas, ainda que não de forma exclusiva.

Os Defensores do Partido do Trabalho, é uma iniciativa lançada por Tony Mazzocchi, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Petróleo, Química e Atômica. Embora o núcleo da burocracia sindical continue vinculada ao Partido Democrata, um grande número de sindicalistas considera necessário a formação de um Partido Trabalhista nos EUA. O objetivo de Tony Mazzocchi é conseguir, até o final de 1993, a adesão de cem mil trabalhadores para o projeto de constituição deste partido.

De conjunto, apoiadores das três iniciativas acabaram envolvendo-se no voto útil a Clinton, uma postura de trabalhar dentro e fora do Partido Democrata. Mas todas trabalham com um projeto estratégico de ruptura com o bipartidarismo nos EUA. □



Quem votou em quem

Perfil dos eleitores de cada candidato (%)

	CLINTON	BUSH	PEROT
SEXO			
HOMENS	41	37	21
MULHERES	47	36	17
ETNIA			
BRANCOS	40	39	21
NEGROS	83	11	7
HISPÂNICOS	62	24	14
IDADE			
18-29 ANOS	44	33	23
30-44 ANOS	43	37	20
45-59 ANOS	43	38	19
60 OU MAIS	50	37	12
RENDA (ANUAL EM DÓLARES)			
MENOS DE 15 MIL	59	22	19
15 MIL - 30 MIL	46	34	20
30 MIL - 50 MIL	42	37	21
50 MIL - 75 MIL	41	41	18
MAIS DE 75 MIL	38	46	16
MAIOR PREOCUPAÇÃO			
ECONOMIA E EMPREGOS	53	24	23
DÉFICIT PÚBLICO	37	26	37
IMPOSTOS	27	56	17
POLÍTICA EXTERNA	8	87	5
QUALIDADE DOS CANDIDATOS			
EXPERIÊNCIA	23	63	14
CAPACIDADE DE PROMOVER MUDANÇAS	59	19	22
INTERESSE PELO CIDADÃO COMUM	57	24	20
MEIHOR PLANO ECONÔMICO	52	26	21
O "FATOR PEROT"	37	38	



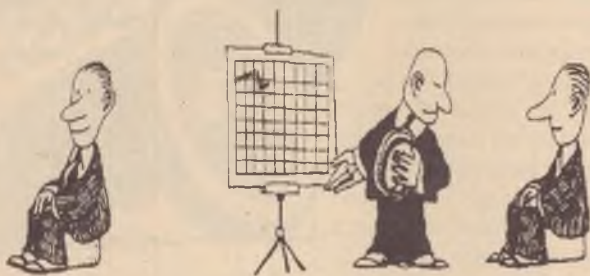
Crise e luta de classes

ERNEST MANDEL

Partimos, em nossa análise, da existência de uma onda longa depressiva do capitalismo que começou no final dos anos 60 e início dos 70. Como ocorre com todas as ondas longas depressivas, ela tem um certo número de características gerais, a que tem que ser somadas outras específicas.

Uma característica geral é o declínio significativo da taxa de crescimento, de produção, da renda nacional, no sentido mais geral da palavra. O índice de produção no mundo capitalista desde o início da onda longa depressiva é menos da metade do que foi no período prévio da onda longa expansiva.

Em segundo lugar, há um constante crescimento do desemprego, mesmo nos momentos de recuperação dentro da onda longa depressiva. O desemprego cresceu, desde o início desta



onda longa até hoje, nos países imperialistas, de cerca de 10 milhões de desempregados para cerca de 50 milhões. Ele continua a crescer de forma praticamente ininterrupta. Isto de acordo com os dados reais e não os governamentais, que mesmo o Bureau Internacional do Trabalho reconhece que são falsos. No Terceiro Mundo os índices são horríveis, somando centenas de milhões de pessoas.

A terceira característica é a profundidade da crise de direção capitalista, a inabilidade dos governos e dos Estados capitalistas para impor linhas e soluções políticas, de seu ponto de vista, ao sistema como um todo. Esta é uma característica recorrente da onda longa depressiva.

Em uma onda longa expansiva, há geralmente um poder imperialista hegemônico que impõe sua vontade, não importante se isso é bom ou mau para o sistema como um todo. Depois de 1945, o imperialismo americano impôs sua vontade aos países recém derrotados, como a Alemanha, o Japão e a Itália, da mesma forma que à Inglaterra e à França. Hoje ele não pode fazer isso. Hoje sua hegemonia, a despeito do seu enorme peso do ponto de vista militar, foi erodida. Uma das características dos encontros do chamado "grupo dos sete" é que eles não resolvem nada. Conversam, assessoram, mas cada um faz o que quer.

Sistema financeiro global

Mas há pelo menos dois aspectos específicos da presente onda longa depressiva que são bem diferentes das que ocorreram no passado. Uma expansão e mesmo uma explosão de crédito geralmente ocorre na segunda parte de cada onda



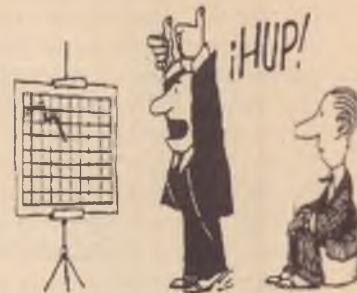
expansiva. Isso é uma forma do sistema superar parcialmente suas contradições básicas por um certo período, uma forma de adiar o momento da <reckoning crise>, mas também de tornar isso pior por adia-la. Mas neste boom do pós-guerra, a expansão do crédito adquiriu um aspecto quantitativo que é completamente novo, que nunca ocorreu antes na história do capitalismo: uma super-liquidez de longo prazo.

O fenômeno da moeda flutuante cresceu a tal ponto que

muito poucas pessoas no mundo estão preocupadas com ele, mesmo na burguesia, entre industriais, banqueiros, etc. Todo dia útil, 150-160 dias por ano, mercados de divisas pelo mundo afora realizam um volume de operações igual ao volume anual do comércio exterior do mundo. Originalmente, os mercados de divisas estavam ligados ao comércio exterior, supunha-se que visavam facilitar o equilíbrio das importações e exportações de bens e serviços. Hoje esta conexão foi quebrada. Pode-se dizer que a especulação com divisas tornou-se completamente autônoma do volume de comércio.

Um segundo dado é que a quantidade real de capitais em moeda flutuante (capital líquido ou semi-líquido) no mundo de hoje é desconhecida. O dinheiro está lá, ele não desapareceu, mas mesmo sua quantidade aproximada é desconhecida no sentido literal do termo. Os dois últimos relatórios anuais do presidente do Banco Internacional de Compensações afirmam que na avaliação da quantidade total deste dinheiro especulativo existe uma margem de erro de 200 a 300 bilhões de dólares! É óbvio que se ninguém conhece a quantidade exata não pode controlá-la. O que é estruturalmente novo nesta fase do capitalismo tardio é o crescimento qualitativo na *privatização do dinheiro*.

Pode-se questionar esta tese afirmando que esta privatização do dinheiro deve-se ao crescimento das multinacionais e dos especuladores é possível apenas porque, em última análise, há uma luz verde dos bancos centrais e dos governos. Eles não podem manipular centenas de bilhões de dólares se o Federal Reserve System bate o pé e diz: "Nós não vamos permitir isso. Vamos impedir os bancos de oferecer mais crédito elevando a taxa de juros para 20 ou 25%". Mas qual seria o preço de uma taxa de juros de 20%? Não seria apenas outra recessão, mas uma depressão tão grave ou mais do que aquela de 1929/36. Assim, quanto eu digo que eles tem luz verde, isso se deve, em certa medida, a que a classe capitalista ou os líderes dos governos não tem escolha. Eles estão aprisionados entre dois males.



A privatização do dinheiro também envolve um problema organizacional. Isso é uma questão destaca por muitos especialistas na comunidade bancária e financeira. Há a invasão do mundo das finanças pela eletrônica, a possibilidade de transferir-se dinheiro na velocidade da luz. Enormes quantidades de dinheiro podem agora se transferidas de uma parte para outra do mundo em trinta segundos. Isso tem uma certa dinâmica própria. Mas é completamente errado destacar estes mecanismos, estes aspectos técnicos e organizacionais, do que está acontecendo na economia real. Por trás disso tudo estão as operações das corporações transnacionais, um estágio qualitativamente novo na internacionalização do capital. Este é o problema chave.

Globalização

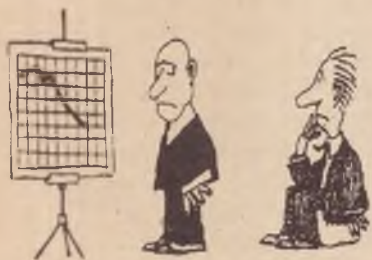
Eu tenho argumentado há vinte anos que a principal característica do capitalismo tardio é precisamente esta: um estágio qualitativamente mais elevado na internacionalização do capital e na concentração e centralização internacional do capital. Hoje há menos de 700 corporações transnacionais que realmente dominam o mercado mundial. Eu não estou dizendo cada setor dele. Naturalmente, elas não dominam o comércio <grocery> ou os restaurantes ou mesmo a produção agrícola direta, embora a agroindústria cresça aos saltos e esteja invadindo os países do Terceiro Mundo. Mas, no fundamental, os setores chave da economia são dominados por estas transnacionais, que estão elas próprias envolvidas no processo de centralização do capital.

O número de 700 provavelmente diminuirá. Observemos alguns ramos industriais típicos. O ponto culminante é a indústria aeroespacial, onde têm-se apenas três corporações remanescentes em escala mundial. Isso representa uma enorme

centralização do capital em escala mundial, como nunca existiu antes. Estas corporações transnacionais estão também confrontadas com enormes problemas. Elas não tem interesses comuns exceto aqueles de explorar os trabalhadores e a população pobre dos países do Terceiro Mundo. Na medida em que elas agrupam-se e reagrupam-se em blocos de poder, necessitam um Estado burguês congruente para obter basicamente duas coisas: a administração da crise e o disciplinamento dos trabalhadores. Mas os únicos Estados que existem hoje são os Estados-nação cuja área de operação não corresponde a área de operação das multinacionais.

Blocos regionais

O capitalismo está tentando superar esta distância criando Estados supranacionais: Estados de natureza regional; blocos de poder geográficos. Por exemplo, um "Estado" no Extremo Oriente em torno do imperialismo japonês, um "Estado" europeu em torno do imperialismo alemão, um "Estado" norte-americano em torno dos Estados Unidos. Mas eles realmente não existem, são semi-estados ou quase-estados. E mesmo antes de nascerem, eles já foram ultrapassados pelo raio de atividade das multinacionais. O que as multinacionais realmente necessitam é um instrumento de regulação estatal pelo menos parcialmente eficiente, a administração da crise e o disciplinamento dos trabalhadores. Isso seria um Estado mundial. Mas nós não teremos este Estado mundial sob o capitalismo. Isso está fora de questão. Isso está em completa contradição com a propriedade privada, a concorrência e todos os outros fenômenos intrinsecamente ligados ao capitalismo, inclusive um fenômeno de natureza política e cultural que não deve ser substituído. Está é uma das razões pelas quais a administração da crise e o controle dos trabalhadores está tomando-se mais difícil; porque a crise estrutural do capitalismo tardio aprofunda-se em todo este período da onda longa depressiva e porque, do outro lado da barricada, há um montão de problemas.



Esta é a explicação básica desta grande onda especulativa. Desde que compensa cada vez menos investir, os proprietários de capital usam cada vez mais o dinheiro para especulação e coisas semelhantes.

Saída da onda longa

Há basicamente duas visões diferentes sobre como uma onda longa termina. Todos concordam que uma onda longa expansiva transforma-se numa onda longa depressiva de forma praticamente automática. Um boom gera todas as forças de autodestruição, termina por si próprio. Uma das teses básicas que venho defendendo a trinta anos é que isso não é verdade para a passagem de uma onda longa depressiva para uma onda longa expansiva. Não aceito esta idéia, que eu não inventei. Ela vem de Trotsky. Eu apenas tenho agregado argumentos neste sentido. É por isso que não se deve usar as palavras "ciclos longos", porque a palavra "ciclo" implica automaticidade e esta automaticidade apenas se aplica para o descenso. Ela não funciona para o ascenso.

Isso pode ser confirmado cronologicamente mostrando-se que a duração média das ondas longas depressivas é irregular, enquanto a duração média das ondas longas expansivas é mais ou menos regular. A duração dos períodos depressivos pode variar de 20 a 40 anos ou mais. Não há regularidade nisso. Minha posição é que a saída da presente onda longa depressiva para um movimento expansivo de longa duração - não uma expansão conjuntural, já que o ciclo industrial continua operando dentro da onda longa - com o retorno a taxas médias de crescimento como as dos anos 40, 50 e 60, não pode ser visualizada para um futuro previsível. Isso não ocorrerá antes que muitas coisas tenham mudado.

Isso não é por si uma previsão otimista. Isto significa que nós estamos em um longo período de instabilidade, de crescente desemprego, miséria e caos. Mas sua superação final não predeterminada por uma razão básica: a autonomia relativa do ciclo da luta de classes. Sua saída não é total e mecanicamente determinada pelo que acontece na economia. A crise e o

desemprego crescentes não conduzem necessariamente a derrotas esmagadoras da classe trabalhadora.

Podemos observar isso analisando os efeitos da depressão que se iniciou em 1929 em diferentes partes do mundo. A classe trabalhadora foi derrotada primeiro na Alemanha, depois na Espanha e então na França. O mesmo aconteceu no Japão. Mas nos Estados Unidos não. Nos EUA, apesar do desemprego em massa, ocorreu o maior ascenso de lutas e auto-organização dos trabalhadores da história americana, a ascensão da CIO e tudo que a acompanhou. Esta não foi uma derrota esmagadora, mas ao contrário, um enorme passo adiante. É verdade que ela foi historicamente limitado porque a independência política de



classe não foi obtida, mas foi um tremendo passo a diante. Isso significa que não há um vínculo automático entre depressão econômica e derrotas esmagadoras da classe trabalhadora. Estas derrotas dependem, em última análise, de fatores subjetivos, a capacidade dos trabalhadores resistirem, a natureza de sua liderança e assim por diante.

Esta capacidade é em larga medida o resultado do ciclo prévio de lutas dos trabalhadores. Nos anos 30, a classe operária enfrentou a depressão depois de várias derrotas: a vitória do fascismo na Itália, a derrota da greve geral inglesa, a derrota da revolução alemã de 1923 e assim por diante. Esta não é a situação hoje. O movimento dos trabalhadores entra nesta onda longa depressiva robustecido pelo longo período de <alto emprego>. Não há derrotas esmagadoras, mesmo na Inglaterra, para não falar da França, Itália, Espanha, Alemanha e os países menores. Assim, a relação de forças relativa entre as classes, construída como o resultado final do prévio ciclo de lutas de classe, é mais favorável hoje. Ela tem evoluído em detrimento do trabalho, é verdade, por pelo menos 15 anos, mas não da forma desastrosa dos anos trinta e quarenta.

Papel da luta de classes

É minha opinião que a questão realmente central para o futuro da economia mundial é a luta de classes. Creio que este é um problema mais central que a questão da tecnologia, que é importante, e mais central que a questão da reintegração parcial da Rússia, Alemanha Oriental e China no mercado mundial. É a luta de classes que poderá possibilitar ao capitalismo uma nova onda longa de expansão. Para isso é necessário derrotar decisivamente a classe trabalhadora nos principais países capitalistas, as massas do Terceiro Mundo e a classe trabalhadora da antiga União Soviética. Isso não ocorreu. Os capitalistas fizeram muito para isso. Não devemos subestimar suas tentativas, que são inteligentes. São tentativas especialmente de divisão da classe trabalhadora em escala mundial, divisões por linhas geográficas, entre gêneros, jovens contra velhos, trabalhadores qualificados contra não-qualificados, sindicalizados contra não-sindicalizados, parcialmente empregados contra os totalmente empregados. Eles tendem a institucionalizar uma sociedade dual para congelar as fraturas da classe trabalhadora em escala mundial, nacional e regional.



Mas eles não foram ainda bem sucedidos. A capacidade da classe trabalhadora e outros explorados e oprimidos de resistir ainda está lá. O desenlace desta luta nos anos vindouros decidirá o que acontecerá e o que está em jogo é muita coisa. □

Ernest Mandel é economista e dirigente da Quarta Internacional.

Hoje, menos de 700 multinacionais controlam o mercado mundial.

Não há nenhum automatismo que garanta a superação de uma onda longa depressiva.

A questão realmente central para o futuro da economia mundial é a luta de classes.



Sonhos e pesadelos de Maastricht

JESÚS ALBARRACIN E PEDRO MONTES

Os acordos de Maastricht são o mais recente elo de um longo processo de integração europeia que se iniciou pouco depois de acabada a Segunda Guerra Mundial e que teve seu primeiro momento fundamental no Tratado de Roma de 1957. Houve razões políticas para esse processo, mas os fatores econômicos têm sempre tido um peso decisivo.

A intensa expansão econômica do pós-guerra mundial destacou rapidamente os limites que a existência de Estados nacionais impunha ao desenvolvimento capitalista. Os estreitos mercados internos de cada país impediam a produção em grande escala para competir com EUA e Japão; os investimentos necessários requeriam de um volume de capital que, em geral, não era possível encontrar em cada país isolado.

O capitalismo europeu necessitava construir uma área comercial extensa e unificada derrubando as barreiras alfandegárias entre seus países, fomentando a concentração e livre circulação de capitais, garantindo-lhes rentabilidade ao reservar-lhes mercados maiores e protegidos da concorrência das outras potências econômicas.

Este foi o sentido da união alfandegária - área de livre comércio entre países com direitos alfandegários comuns frente a terceiros - que se iniciou com o Tratado de Roma.

Esse processo não esteve livre de contradições políticas e econômicas como comprova a zigzagueante e conflitiva história da Comunidade Econômica Europeia. Assim, na história do Mercado Comum, os períodos de expansão econômica foram as fases em que se amplia territorialmente e intensificam a integração, enquanto os períodos de crise e recessão assistem ao acirramento dos conflitos no interior da Comunidade e ao revigoração das tendências nacionalistas.

Integração como "álibi"

Um novo elemento foi colocado em meados dos anos 70: uma nova e profunda crise econômica. Tratava-se de uma *crise de oferta* pela queda da taxa de lucro e pelo aumento do preço da energia, e para superá-la o capital precisava fazer recuar as conquistas dos trabalhadores da fase expansiva.

Para esta troca de concepções políticas e econômicas, a integração econômica iria servir como moeda de troca e como *álibi*.

A nova política econômica - o retrocesso do Estado de Bem-Estar, as políticas continuadas de ajuste, os ataques aos direitos adquiridos pelos trabalhadores no mercado de trabalho, etc - é de difícil aceitação pela população. A ideologia *europeísta*

A "convergência"

São as condições que os governos se colocaram como necessárias para estabelecer uma moeda única. Em Maastricht estabeleceu-se que para fazer parte do grupo de países integrados será necessário cumprir cinco exigências:

- a) permanência por 2 anos na "faixa" de oscilação de 2,25% da taxa de câmbio de cada moeda no Sistema Monetário Europeu;
- b) que a inflação não seja superior a mais de 1,15% da média dos três países que têm a menor inflação;
- c) que a taxa de juros não seja superior a mais de dois pontos em relação à média dos três países no qual a inflação é a mais baixa;
- d) que o déficit público não supere 3% do PIB;
- e) que a dívida pública não supere 60% do PIB.

e os hipotéticos benefícios que traria "mais adiante" a integração foram o talismã para tentar convencer os povos da Europa a aceitarem uma deterioração de suas condições de vida e trabalho, colocadas como conjunturais.

A existência da CEE, como um mercado extremamente competitivo, dava a cada governo nacional o pretexto para manter e acentuar o caráter antisocial da política econômica em cada país.

Assim, passou-se da construção de uma "união alfandegária" - que não se chocava no fundamental com as conquistas dos trabalhadores - ao erguimento de uma Europa liberal e conservadora, em forte contradição com as conquistas populares.

Essa *Europa liberal* teve um novo impulso com a Ata Única que vigora desde julho de 1987. No contexto favorável da recuperação econômica capitalista internacional, e com a impressão de que a crise estava definitivamente superada, o capital europeu viu-se na necessidade de dar novos passos rumo à criação de um espaço econômico homogêneo, ampliando os mercados, eliminando os obstáculos ao livre comércio, permitindo a liberdade absoluta aos movimentos dos capitais e suprimindo as diferenças nas políticas dos Estados que impediam a competição em pé de igualdade entre as empresas europeias.

O conteúdo da Ata Única, com quase trezentas diretrizes, estava em sua ampla maioria destinado a implementar esse mercado único, não dando a mínima atenção aos aspectos políticos e sociais da integração europeia. Os objetivos perseguidos e a concepção liberal sempre estiveram em contradição com qualquer política de homogenização dos direitos sociais.

Por sua vez, adaptar as economias nacionais às normas competitivas que emanavam da Ata Única implicava instrumentalizar novas políticas regressivas, restringindo direitos e piorando as condições de vida dos trabalhadores - ao pressionar a nivelção por baixo (isto é, pelos países mais atrasados) dos direitos trabalhistas e sociais da classe operária.

Desde o momento em que nenhuma barreira resguardava os mercados internos e que a competição deveria reger todos os mercados, as políticas dos Estados membros perdiam autonomia para dar solução aos problemas internos dos países, e ao mesmo tempo articulava-se um espaço econômico no qual a desregulação no terreno econômico e social eram fundamentais para enfrentar a concorrência. Assim, a *implantação do mercado único faz da política neoliberal um fato inexorável*.

A eliminação dos obstáculos à concorrência deflagrará uma luta entre os países por melhorar sua competitividade e oferecer melhores condições de rentabilidade do capital, o que se traduzirá num assalto aos direitos dos trabalhadores e suas condições de vida, desencadeando-se o que tem sido chamado de *dumping social*.

Assim, com a Ata Única generalizam-se as políticas de contração do Estado, unificando-se ideologicamente os setores conservadores e a social-democracia, que altera sua posição ao descobrir as vantagens do capitalismo selvagem.

Por que Maastricht

Os acordos de Maastricht buscam retomar o caminho da unidade monetária, mantendo a meta final do processo - a criação de um Banco Central Europeu e a adoção de uma moeda única, o ECU - e estabelecendo objetivos monetários e fiscais - as chamadas condições de convergência (ver box) - que devem tornar possível atingi-las.

Os acordos de Maastricht estiveram em parte determinados pela situação econômica e por sua vez influíram na evolução da crise. Um dos motivos do esfriamento do projeto de unidade monetária ao longo de 1990/91 foi a recessão em que foram ingressando as principais economias europeias. Os governos concordaram em impulsioná-lo em Maastricht, mesmo sabendo que o contexto econômico era pouco favorável para dar passos reais na unidade monetária, mas com a pretensão de que fosse aceito pelos povos europeus porque facilitava a implantação das políticas de ajuste e regressão que tentam impor para enfrentar a crise. Esperavam que isso servisse de estímulo para as economias, eliminando resistências que apareceram sobre

o projeto europeu.

O novo acirramento da crise econômica não devia paralisar o processo de unidade monetária porque existia o risco de retroceder parte do caminho percorrido na construção europeia e porque devia se tentar que os acordos contribuíssem para resolver a crise.

De outro lado, os acordos de Maastricht ou são acatados em sua totalidade ou são rejeitados. Formalmente, não há espaço de negociação, nem instituição democraticamente eleita (nem mesmo o Parlamento Europeu) que possa interferir em seus termos. Por isso, as votações nos plebiscitos, quando ocorrem, ou nos Parlamntos nacionais, é "Sim ou Não". Esta forma absolutamente excludente de condução do processo tem sido chamada de "déficit democrático" da unificação europeia.

Crise neoliberal

Porém, os acontecimentos posteriores à reunião de Maastricht tem derrubado as pretensões dos governos. O agravamento da recessão em escala internacional e o resultado do referendun na Dinamarca, os quase 50% de "não" a Maastricht na França, as revoltas operárias na Inglaterra, Espanha e Itália contra as políticas de "convergência" exigidas por Maastricht, fundamentalmente, mas também as nunca superadas divergências sobre a construção da Europa entre muitos países e a percepção das consequências que terão os planos para conseguir a convergência tem feito aparecer uma sólida resistência em vários países, o que joga dúvidas sobre a viabilidade política do projeto.

Se sua implementação continua, já não será com a aceitação geral que pressupunha, e somente isto basta para que o projeto tenha perdido todo o charme com que pareceu nascer.

Desta maneira, Maastricht terá deixado de ser um fator para a superação da crise para tornar-se um fator de seu agravamento.

Assim, as dificuldades que enfrenta o projeto desde agora, mais do que um dado do futuro é uma incógnita que estenderá uma longa sombra sobre as perspectivas econômicas.

Mas nada disto evitará que os governos continuem a usar Maastricht como desculpa para aplicar políticas de austeridade contra os trabalhadores. Um atrás do outro, tentarão colocar seus países nas melhores condições para cumprir as exigências do acordo e para estar à frente da nova Europa liberal que desenharam, e assim, coletivamente, todos estenderão e aprofundarão a recessão na qual já se encontra a economia comunitária, com o qual, além do desastre social, cavarão o túmulo dos acordos de Maastricht. □

Jesús Albarracín e Pedro Montes são economistas que assessoram as Comisiones Obreras da Espanha.



Contraponto ao mercado regional

MAXIME DURAND

Existe para os grupos capitalistas europeus um interesse particular em respeitar a escala europeia? É difícil de demonstrar: estes tem interesse, ao querer inserir-se no processo de mundialização, em buscar acesso às tecnologias ou de privilegiar investimentos em mercados aonde estão pouco presentes hoje.

Os investimentos da CEE estão maciçamente orientados aos EUA. Enquanto que os países da CEE não vendem nesse mercado mais do que um quinto de suas exportações manufatureiras, orientam para o mesmo quase 60% de seus investimentos no exterior. Tendência simétrica se verifica de parte de EUA e Japão com relação à Europa. A reestruturação do capital se efetua a escala mundial.

Uma conclusão igual resulta do exame das fusões entre grandes grupos. Sua lógica principal aponta para a reconcentração nas atividades mais importantes, para abandonar produções periféricas e reduzir o número de plantas fabris.

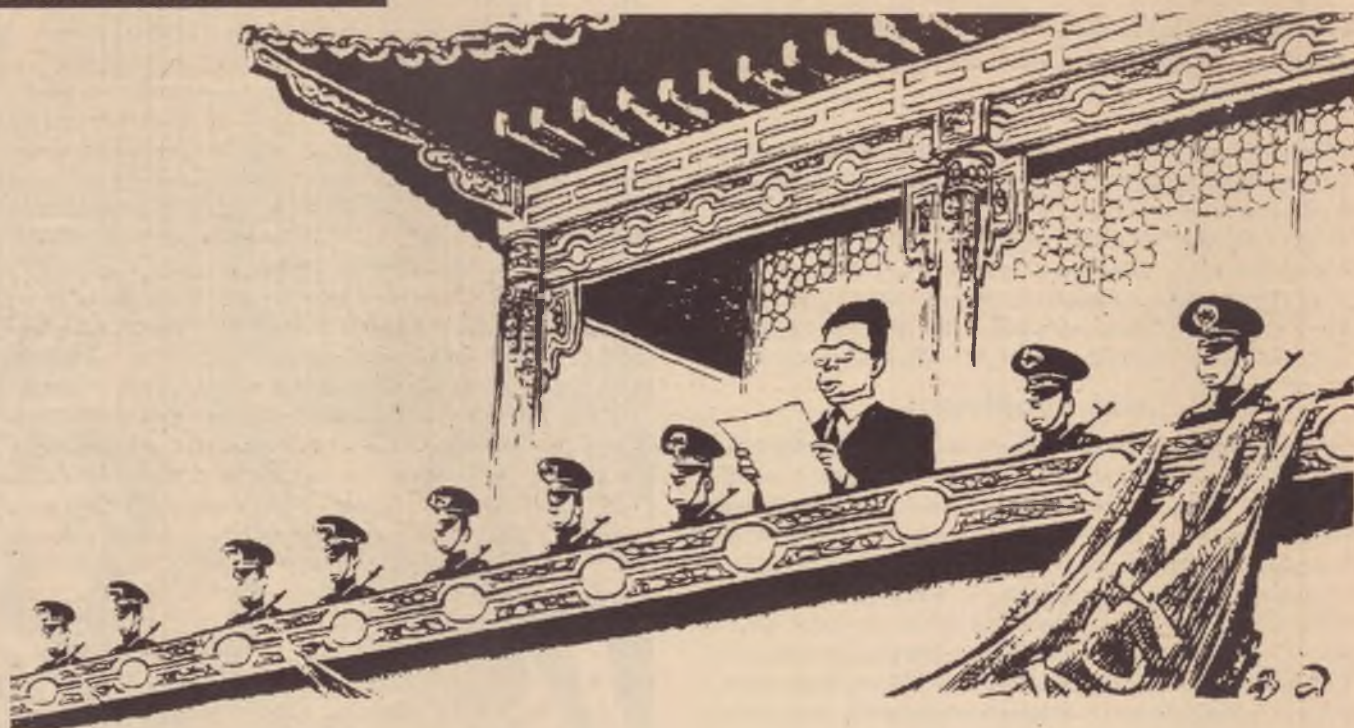
Em 1989/90, as principais empresas da CEE estiveram envolvidas em mais de 600 acordos de fusões. No início dos 80, as fusões eram basicamente "horizontais", com base nacional, buscando reforçar os "bastiões nacionais". Nos últimos anos, são as fusões transnacionais que predominam, e para os capitais europeus, as empresas de países não-membros da CEE, sobretudo dos EEUU e Japão, são preferidas sobre as empresas da Comunidade.

A lógica dos acordos mundiais é particularmente clara na indústria eletrônica, aonde os grupos europeus estão envolvidos em acordos de cooperação com grupos japoneses e americanos, e muito raro, entre grupos europeus. Um marco nisto foi quando em 13 de julho passado firmou-se um acordo entre Toshiba, Siemens e IBM para colocar no mercado micros de memória de 256 megabites; este acordo constitui o fim das esperanças de que se estruturaria uma "indústria europeia" em torno da SGS-Thomson, Philips e Siemens. Mostra, por outra parte, que a concorrência não se realiza hoje entre firmas de um país contra firmas de outro, mas entre enormes reagrupamentos de grandes empresas, e que esses reagrupamentos estão delimitados pela magnitude de recursos necessários para sobreviver nos novos marcos de desenvolvimento tecnológico.

Isto é, a mundialização da concorrência é um processo mais rápido que a integração europeia. Esta defasagem explica a insuficiência, realmente a ausência, de uma verdadeira base industrial na CEE. Nessas condições e na ausência de uma política industrial comum, as firmas europeias não tem nenhuma razão para priorizar sócios europeus em suas estratégias de crescimento.

Assim, o processo de mundialização predomina sobre a tendência à europeização. Os dois procesos tem lógicas diferentes. A crescente interdependência entre países da CEE é parte de uma tendência geral à internacionalização que não respeita em nenhum caso as fronteiras geográficas decorrentes da própria integração europeia. □

O processo de mundialização tem sido mais rápido do que o de europeização. Falta uma base industrial comum à CEE.



China: volta ao capitalismo

ROLAND LEW

Os êxitos econômicos do regime estão baseados no crescimento do setor privado.

Deng Xiaoping está conduzindo a China para uma forma de capitalismo.

Os três anos que se seguiram à sangrenta repressão da Praça da Paz Celestial de Pequim desenrolaram-se de forma mais favorável do que previsto pelos responsáveis pelo massacre de junho de 1989. Eles beneficiaram-se de uma conjuntura econômica favorável e reduziram o seu isolamento internacional. Esta prorrogação atinge agora seu final, já que se torna necessário tomar rapidamente decisões importantes e os velhos dirigentes estão acabando. Todavia, estes êxitos facilitam tanto a relativa "paz social" quanto, paradoxalmente, um ascenso de forças que preparam a transformação capitalista da China.

Deng Xiaoping, em uma ofensiva impressionante para um homem de 88 anos de idade, acaba de impor, apoiando abertamente os partidários da mudança, a volta a uma transição para um capitalismo com forte presença estatal, favorável à iniciativa privada, aberto ao exterior e dirigido com mão firme por um partido-Estado reconvertido. Esta ofensiva foi iniciada em janeiro com uma visita de Deng Xiaoping às províncias do sul, as mais envolvidas na reforma, e particularmente a zona econômica especial de Shenzhen, a praça forte do capitalismo na República Popular.

O êxito desta campanha está marcado, para muitos, por uma interrogação: o estado de saúde de Deng e de seus adversários. Há algo de sinistro, uma espécie de prova de decadência do regime, no fato de que o futuro de mais de um bilhão de pessoas dependa da surpreendente resistência de um punhado de anciãos. Com o 14º Congresso do Partido Comunista, em outubro, a paralisia não pode mais prolongar-se. Uma China que busca vias de transformação vê-se, assim, mantida em suspenso pela terrível questão de se Deng sobreviverá ou não a seu eterno rival, Chen Yun, chefe dos conservadores, de 87 anos de idade. Esta espera destaca a ruptura total entre um poder visto quase como parte de um antigo regime e o conjunto da sociedade, inclusive uma boa parte dos quadros do partido.

A luta na cúpula continua aberta e tanto mais encarniçada na medida em que a corrente conservadora está contra a parede. Embora controlando numerosas estruturas de mando a nível central, vê-se frequentemente impotente nas profundezas da sociedade, frente as autoridades que controlam solidamente as regiões. Estes poderes regionais e locais temem as tendências a um novo centralismo por parte do primeiro-ministro Li Peng.

Pode parecer surpreendente que a equipe de Li Peng esteja em um estado tão lamentável quando o balanço de sua gestão econômica está longe de ser negativo, ao menos a curto prazo. A situação é e continuará sendo frágil, mas por hora, a China integra o grupo dos "dragões" da Ásia: entre 6 e 7% na taxa de

crescimento nos últimos anos (7% em 1991, 10% no primeiro trimestre de 1992, talvez entre 8 e 10% para o ano todo). E algo ainda mais inesperado: o poder conseguiu reduzir fortemente a taxa de inflação (2% em 1990 contra 18% em 1989 e 3% em 1991). O que prova, ao menos, um domínio de política macroeconômica, uma certa capacidade para fazer-se obedecer - situação nada evidente há apenas três anos.

Mas estes resultados supõem, paradoxalmente, outras tantas vitórias dos adversários da equipe de Li Peng. A China continuou, desde 1989, abrindo-se economicamente para o mundo. Mais ainda, praticou com êxito uma agressiva política de exportação de produtos de baixo conteúdo tecnológico. De conjunto, as exportações dobraram entre 1985 e 1990 (enquanto reduziam-se severamente as importações, devido à política de austeridade). O saldo comercial foi positivo em 1990 e 1991 (em mais de 12 bilhões de dólares); a China é, depois do Japão, o país cujo intercâmbio com os EUA teve maior saldo positivo (11,5 bilhões de dólares em 1990). Esta política comercial tende a ocupar os patamares de base tecnológica abandonados por países como Singapura, Taiwan ou Coreia do Sul.

Crescimento do setor privado

Há uma constatação ainda mais angustiante para a equipe de Li Peng: o essencial do crescimento provém do setor não estatal - empresas privadas rurais e urbanas e do setor cooperativo, misto e coletivo. O setor estatal abarcava, em 1978, 73% da produção industrial, mas em 1990 só 35%. O setor privado (incluindo o de propriedade estrangeira), partindo do zero em 1978 (estava proibido), representava 5% da capacidade industrial em 1985 e 38% em 1990.

As políticas praticadas atuaram, em contraposição ao discurso oficial, no sentido de aprofundar a reforma, de superá-la, e de reintegrar progressivamente a China na economia capitalista mundial e de subordinar-se a ela. O poder, nas palavras do próprio Deng Xiaoping, arrependeu-se recentemente de não ter permitido antes que Shanghai, durante muito tempo bastião da indústria estatal, se convertesse em centro capitalista ativo, capaz de atrair capitais do exterior.

Depois destes três anos de trégua inesperada, o poder deve agora traçar com urgência uma linha de conduta voltada para o futuro. Esse era o objetivo principal de Deng Xiaoping em janeiro. Não podia ser mais claro. O socialismo é o desenvolvimento, é o que dizia em essência. O desenvolvimento à chinesa está representado pela zona econômica especial de Shenzhen. E o modelo de Shenzhen é Hong Kong, com quem compete na mesma região. Assim, o socialismo chinês é...uma Hong Kong socialista. Não devemos levar em conta a provocação, sem dúvida deliberada.

Todo chinês, seja favorável ou hostil a Deng Xiaoping, compreende perfeitamente: o modelo é capitalista. De fato, Deng destaca de forma mais clara do que qualquer outro, a necessidade de preparar a mutação econômica do país e a saída (e não a auto-reforma) do socialismo real. O socialismo que se proclama não tem qualquer outro conteúdo que não a perpetuação do aparato comunista, pelo menos daqueles que no seu seio estão dispostos a reconverter-se para um regime socialista que combine o poder do partido-Estado com uma economia capitalista sob forte controle estatal. Uma combinação tão explosiva que não se estranha o silêncio oficial no que diz respeito a certas modalidades de sua implementação...

Ao decidir valorizar Shenzhen de forma tão ostensiva, e colocar os pingos nos is ao propôr fazer de Hong Kong um modelo para as regiões mais desenvolvidas do país, Deng Xiaoping queimou seus últimos cartuchos. Porque não há perspectivas de retorno. Quando Shenzhen, um território de 330 quilômetros quadrados, foi escolhido como zona econômica especial em 1979, no começo da reforma, tratava-se realmente de forjar uma cabeça de ponte para os investimentos estrangeiros e de beneficiar-se da vizinhança de Hong Kong. Mas também havia a intensão de preservar o resto da China de uma contaminação capitalista. Para pessoas muito concretas, a China teria acesso a tecnologia em troca de investimentos em princípio rentáveis para os capitalistas estrangeiros. Pois bem, as zonas econômicas especiais, apesar de seu começo difícil e da sua incapacidade de atrair altas tecnologias, multiplicaram-se e situam-se no coração do desenvolvimento das províncias costeiras - com a fachada marítima considerada em si mesmo como o elemento motor do crescimento de uma China aberta ao mundo. A zona de Shenzhen tinha 70 mil habitantes em 1978; agora conta com mais de dois milhões, aos quais deve-se somar várias centenas de milhares de trabalhadores ilegais, enquanto o projeto inicial pensava em chegar a 800 mil habitantes no ano 2000.

Novo Eldorado

Os chineses começam a ir para o novo Eldorado. Veem-se atraídos por salários muito superiores aos do resto do país. Mas estes salários estão reservados aos residentes (e foram obtidos graças a fortes pressões operárias), já que o grande número de camponeses que se instalam na região, sofrem a forte e nova exploração capitalista: os operários ganham frequentemente menos do que os 200 yuanes do salário mínimo, quando os salários muitas vezes alcançam os 500 e 1.000 yuanes no resto da zona; a norma das 48 horas de trabalho semanais foi tranquilamente superada. Não existem nem contratos, nem verdadeira proteção social ou médica. Os acidentes de trabalho multiplicam-se. Apesar disso, o fluxo de camponeses não se detem, pois o desemprego e o subemprego jogam milhões nas estradas do sul, em busca de recursos que a terra já não oferece.

Os capitalistas de Hong Kong investem massivamente na zona de Shenzhen; dois terços dos capitais provem daí. Dispõem de uma mão-de-obra barata, do acesso ao continente e de vantagens substanciais: as jovens camponesas chegam para trabalhar como domésticas, as vezes como amantes, senão como prostitutas, nas segundas casas dos senhores de Hong Kong. Um capitalismo selvagem como modelo, com as bençãos do patriarca...que, certamente, é muito pouco maoísta.

O objetivo é igualar Hong Kong, valorizar aqueles que, especialmente na zona da fachada marítima do país, pensam poder participar com algum êxito da concorrência. É o caso de Shanghai, que, saindo tarde na corrida para o capitalismo, trata de compensar sua desvantagem.

Deve-se aprender, pagar o preço deste aprendizado e esforçar-se para favorecer a eclosão dos empresários da China continental, sem perguntar-se muito sobre a origem dos capitais desta nova classe. A China está muito mais avançada do que a Rússia na constituição de uma classe de homens de negócios, produto de uma mescla de burocratas (ou seus filhos) e novos capitalistas.

Os outros (a maioria das regiões e dos habitantes do país) não podem senão esperar que as zonas prósperas contribuam, no devido momento, para o desenvolvimento dos vastos espaços deixados de lado. O editorial do *Diário do povo* do dia 1º de maio anunciava para os trabalhadores uma era de sacrifícios - temporários, assegurava-lhes. O tom do texto não deixa dúvidas sobre a resistência operária à nova orientação. Uma resistência que se manifesta desde o começo da reforma e que limitou o seu impacto. Desta vez o grupo reformador parece decido a passar por cima dela.

Mudança controlada

A distância entre a ideologia proclamada e a prática é imensa. Mais do que nas batalhas de cúpula, aí é onde pode-se ver de forma mais evidente a derrota do regime "comunista". A rigidez do discurso, a rugosidade da língua oficial ocultaram uma flexibilidade na gestão concreta que se impôs em setores cada vez mais amplos do aparato. Este é o desafio principal para uma parte dos dirigentes: organizar as transformações, assegurar a reconversão do regime e de uma fração da elite, evitando assim a derrocada do poder.

"Mudar tudo para que tudo permaneça igual", segundo a célebre fórmula do herói de *O leopardo* de Tomasi di Lampedusa. E, sobretudo, organizar a mudança dando a impressão de que não se quer mudar nada. As camadas dominantes tem no Ocidente a reputação, há séculos, de desejar antes de tudo a perenidade chinesa, a continuidade dos valores de sua civilização e a perpetuação das elites tradicionais.

Mas é o contrário que prevalece hoje em dia. Nos últimos séculos do império, que são os que contam para entender a China moderna, pode-se constatar uma flexibilidade, uma relativa capacidade de adaptação do poder e dos componentes da sociedade. Realça-se a flexibilidade para responder a uma tarefa que requer, em si mesma, a inflexibilidade mais absoluta: a manutenção da unidade chinesa.

Foi necessário que o mundo ocidental constatesse a surpreendente capacidade de adaptação, há duas ou três décadas, das diásporas chinesas, como as de Hong Kong, Singapura ou Taiwan, para que os investigadores e observadores se dessem conta de que a flexibilidade é um traço essencial da civilização chinesa, ao menos nos últimos séculos. Parece temer-se menos o risco, nada desprezível, de que um capitalismo que introduz uma diversidade cheia de contradições e que uma multiplicidade de Chinas provoque a explosão do país, do que a derrubada de uma nação que, como no século XIX, deixar-se-ia dominar.

Passividade do mundo rural

O campo sentiu-se aliviado pelo fracasso da tentativa de restauração parcial das estruturas coletivas. Beneficiou-se de uma alta substancial dos preços, de uma colheita recorde, da retomada de um importante setor da pequena indústria rural que sofreu muito com a política de austeridade aplicada depois de 1988. O campo conquistou uma certa autonomia econômica e de gestão da vida cotidiana; em troca, mostram uma grande docilidade frente ao poder.

Todavia, não se pode descartar nenhum dos grandes perigos. O peso demográfico continua representando um fardo terrível, junto com os graves problemas ecológicos. A economia continua sendo frágil, a inflação volta a subir (fala-se de 5 ou 6% para este ano, possivelmente). As fraturas sociais agravam-se neste país-continente cada vez mais desigual, em que as periferias, no sentido social e geográfico, são abandonadas a sua própria sorte, o que provoca crescentes tensões entre as minorias nacionais fortemente representadas nas zonas marginalizadas. A isso agregam-se as incertezas sobre o regime, a guerra de sucessão que não termina, bloqueando a busca de espaços políticos novos. Há uma só convicção: o socialismo real chinês agoniza, ainda que a morte clínica possa atrasar-se por medo do caos, por manobras burocráticas ou por uma surpreendente longividade de alguns personagens históricos. □

Roland Lew é belga, especialista em questões chinesas. Este artigo foi originalmente publicado no *Le Monde Diplomatique* de julho de 1992.

O capitalismo selvagem de Hong Kong é apresentado como modelo para a China.

"Mudar tudo para que tudo permaneça igual"; este parece ser o lema de toda uma ala do PC chinês.



Novas fase, novas tarefas

MIGUEL ROSSETO, PEDRO MOREIRA E CARLOS CALAZANS

O movimento sindical classista enfrenta um impasse prolongado. A Direção Nacional da CUT tem dificuldades cada vez maiores de ser a *Direção Sindical* capaz de acionar os milhões de trabalhadores organizados em torno dos seus sindicatos.

Contribui para isso a forte dispersão do movimento sindical no último período, motivada por pelo menos cinco fatores:

- desemprego enorme diante de uma crise continuada que leva milhões de trabalhadores para a economia informal (os últimos dados do IBGE apontam para um total de 13,94 milhões de pessoas, 22,4% da população economicamente ativa);
- "modernização" das relações trabalho/capital, vale dizer, a introdução de novas técnicas poupadoras de mão de obra, controle ideológico sobre o trabalhador e mecanismos dificultadores da ação sindical (terceirização, por exemplo);
- esgotamento da fase de acumulação da CUT com base em sindicatos da "velha ordem *celetista*". A manutenção deste

esquema corroi as energias da CUT e coloca-lhe dificuldades cada vez maiores para disputar, por exemplo, com alternativas como a "Força Sindical";

- incapacidade da CUT e do movimento operário e popular de responder globalmente às propostas hegemônicas e unificadoras - pelo menos até aqui - da classe dominante brasileira: privatização/reforma do Estado, novas relações capital-trabalho, etc;

- fim do período de hegemonia de uma força isolada nos termos dos últimos CONCURTs, capaz de garantir um projeto de massas para a CUT. (Claro que não se descarta a possibilidade de garantir *burocraticamente* a hegemonia isolada, mas aí significando o aprofundamento da crise da CUT).

Sinais favoráveis

Por outro lado, há sinais favoráveis para que neste próximo período haja um movimento de reaglutinação do bloco democrático e popular, no qual se inseriria a recuperação da CUT como direção sindical atuante e combativa dos trabalhadores:

- a instabilidade da dominação burguesa mantêm-se com novos ingredientes neste governo Itamar. Fora a vitória eleito-

ral de Maluf em São Paulo, os resultados ao nível nacional mostram que houve uma dispersão política e uma derrota eleitoral do bloco conservador;

- o movimento pró-impeachment de Collor representou também novidades positivas no período. De fato, trata-se de um primeiro abalo, de consequências ainda imprevisíveis, na implantação do projeto neoliberal no país (apesar dos esforços continuistas do governo Itamar);

- há sinais de quebra da "unanimidade mundial" em torno às teses neoliberais (ver matérias nas p. 12 e 13). Isso é importante, mesmo tendo-se claro que estes sinais ainda devem demorar a chegar até nosso país e serem introduzidos na política econômica brasileira;

- a derrota política sofrida pela "Força Sindical" na campanha pelo impeachment do Collor, mesmo considerando-se sua capacidade ofensiva demonstrada, por exemplo, em Volta Redonda e São Paulo.

Claro que são tendências, algumas tênues ainda, mas que conformam possibilidades, hipóteses que devemos apontar.

Crise das correntes sindicais

Há uma evidente crise das correntes sindicais da CUT (Articulação Sindical, Cut pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista, etc.) enquanto projetos de direção alternativos e de massa para a CUT. É cada vez mais claro que as polêmicas e propostas em relação à *pauta concreta* de enfrentamento dos trabalhadores, não corresponde a atual configuração das correntes. E cada vez mais, os militantes dessas correntes desenvolvem *políticas parciais* de acordo com as necessidades que enfrentam.

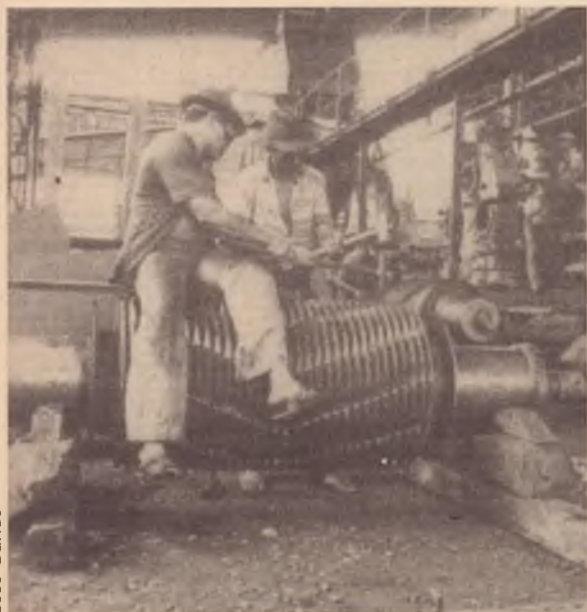
As correntes sindicais vivem hoje, antes de mais nada, do internismo da CUT, isto é, de uma polarização baseada na disputa de aparelhos, mais do que de divergências em relação à *pauta concreta* da luta sindical.

No caso da *Cut Pela Base* a crise reflete-se, por exemplo, no fato de ter deixado de cumprir duas de suas tarefas fundadoras:

- colocar e implementar a radicalização democrática da vida sindical, desde o sindicato de base até as instâncias nacionais do movimento, para o que deve questionar-se profundamente o "convívio" com a estrutura sindical oficial; e,

- a perda do referencial da globalização da agenda das lutas, isto é, de buscar elevar a luta sindical ao patamar de luta política.

A crise das correntes num momento onde a conjuntura cobra dramaticamente uma resposta aos militantes cutistas, desenha uma situação crucial onde é imprescindível construir uma proposta que *reverta a dispersão da vanguarda* e se coloque como objetivo a conformação de uma *nova hegemonia* no movimento sindical cutista, via para uma nova direção sindical para os trabalhadores.



Jesus Carlos

Uma derrota neoliberal

A Ultrafértil é a segunda da lista das privatizações mantidas pelo governo Itamar. Seu leilão estava marcado para 19/11 e teve que ser adiado. Seus 650 trabalhadores da unidade de Araucária (PR), organizados no Sindicato dos Petroquímicos da região, filiado a CUT, entraram com um ação popular exigindo a suspensão do leilão, e obtiveram do Consultoria Geral da República apoio à medida.

Uma primeira avaliação da empresa fixou seu preço mínimo em US\$ 400 milhões, e uma segunda, em 188 milhões - e o BNDES pretende vendê-la pelo segundo valor. A lei exige que se houver uma diferença de mais de 20% entre as avaliações se proceda a uma terceira.

Mas isto foi apenas a tática legal. O que o Sindicato defende é a manutenção da empresa como estatal. Para isso conquistou a adesão ativa dos trabalhadores, que já chegaram a

ocupar a fábrica contra a privatização e estão preparados para ocupá-la novamente caso se configure essa possibilidade.

Essa defesa da Ultrafértil como estatal não parte de seus interesses corporativos, mas de uma visão geral que construíram a partir das discussões no Sindicato. A Ultrafértil detém mais de 40% da produção nacional de uréia, produto estratégico para a agricultura. Seu controle determina as possibilidades de aplicar uma política agrícola orientada aos pequenos agricultores e ao mercado interno.

Além disso, a Ultrafértil faz parte de uma constelação de subsidiárias da Petrobrás que, com seus lucros, permitem financiar a expansão de suas atividades estratégicas. Sua privatização busca enfraquecer a Petrobrás a abrir caminho para as "seis irmãs" (as multinacionais que controlam o mercado mundial do

petróleo), que tem na alça de mira o mercado brasileiro - o que reduziria drasticamente a possibilidade de aplicar uma política econômica soberana no país.

O Sindicato ganhou para sua luta ao governador do Paraná, Requião, obteve o apoio coeso da bancada de deputados petistas do estado, e o engajamento ativo da CUT Nacional.

Em suma, ao contrário do que acredita a histeria desatada na imprensa neoliberal com a suspensão do leilão, a primeira (mesmo que pequena, expressiva) derrota desse projeto privatista não foi o adiamento da venda, mas deuse na consciência desses trabalhadores, que estão aprendendo nessa disputa acirrada o significado de um projeto nacional definido pelos interesses populares e estão organizando-se e mobilizando-se para conquistá-lo.

Gustavo Codas

A referência no Partido dos Trabalhadores joga, para nós, um papel insubstituível na resolução dessas tarefas. Esta conclusão está alicerçada numa visão estratégica que precisamos explicar.

Projeto para o período

A proposta de uma nova hegemonia deve responder as questões fundamentais que estão colocadas para o movimento operário:

- qual período da luta de classes estamos vivendo;

- qual é a ferramenta política que estamos construindo para enfrentar esse período.

O "período da luta de classes" nos dá tanto os ritmos quanto as tarefas que estão colocadas para o movimento sindical: construir junto com a resistência às investidas do capital, projetos alternativos para disputar com o projeto neoliberal; ampliar a base social organizada do projeto democrático-popular (nos trabalhadores do setor informal, etc.); construir o "outro lado da pinça", para dar consistência a uma estratégia socialista de disputa em todos os campos e, nesse sentido, reacelerar os ritmos de construção do movimento sindical cutista no sentido de "alcançar" o ritmo que conquistou o PT no plano institucional (incluindo as eleições de 1992); dar à perspectiva de conquista do governo federal uma base no movimento de massas para políticas ofensivas contra o capital e para resistir a suas investidas.

A "ferramenta política" é o PT, seja porque ele capitaliza o acúmulo de forças desses anos todos, seja porque nele se trava acirradamente a disputa pelos rumos da intervenção na conjuntura.

Da queda do Collor ao desempenho nas eleições de 1992, tudo indica que caminhamos para uma forte disputa na eleição presidencial com chances de vitória, e com isso, a aceleração dos ritmos da crise nacional (a qual pode se aprofundar inclusive antes dessa eleição!).

Os rumos da revolução brasileira serão definidos então dentro do PT e fora dele, nos movimentos sociais. Mas é a partir do PT, que é o principal protagonista da crise nacional, que se poderá construir uma estratégia revolucionária capaz de responder a este duplo desafio.

Por isso, as correntes que se colocam fora do PT e em combate a ele, não podem ter uma estratégia revolucionária consequente por mais declarações revolucionárias que façam.

Neste sentido, o projeto partidário determina a visão sindical, e consequentemente não pode haver uma contradição essencial entre ambos. Por isso, para nós, construir o PT como partido estratégico e resolver o impasse de direção do movimento sindical classista, são duas facetas da mesma tarefa dos revolucionários que militam no movimento sindical.

O Partido dos Trabalhadores que tem uma origem e desenvolvimento que se confunde com a do movimento sindical cutista, está sem dúvida no centro da resolução da crise nacional: de sua vitória no enfrentamento dessa tarefa depende o rumo da luta pelo socialismo no país.

Por outro lado, sofre pressões institucionalizantes e tentativas de enquadrá-lo como um "partido da ordem". Por isso, um projeto de construção de uma nova hegemonia no movimento sindical cutista deve incidir nessa disputa que se trava no interior do partido, além de se pautar pelas tarefas que estão colocadas na conjuntura para os trabalhadores.

Disputar uma política revolucionária no interior do PT, é uma tarefa combinada com a disputa por uma política classista, combativa, de massas e pela base para o movimento sindical cutista. Este é o marco no qual nos propomos a trabalhar como militantes revolucionários no movimento sindical.

Primeiras tarefas

Para desenvolver este projeto há várias tarefas que estão colocadas. Em primeiro lugar, é imprescindível que a *Cut Pela Base* se defina como corrente sindical ampla de militantes petistas. Não há lugar para a construção consequente de uma corrente sindical neste contexto, com a coexistência de projetos partidários antagônicos. Aqui nada mais se trata de recuperar a trajetória da CPB quando da saída da Causa Operária, dos Coletivos Gregório Bezerra e outros grupos em 1987, quando ficou claro que projeto sindical e projeto partidário não podem ser antagônicos.

Em segundo lugar, não basta "ter o mesmo projeto partidário", é necessário construí-lo ativamente. Consequentemente, a *Cut Pela Base* deve colocar como tarefa a construção do Setor Sindical do Partido dos Trabalhadores, num processo de retomada da elaboração da linha sindical do partido.

Esta política de construção do Setor Sindical do PT tanto aspira a unificar a militância sindical petista sob uma plataforma sindical combativa, como organizar desde a militância sindical a disputa com a direita do partido sobre os rumos da intervenção na crise nacional. Assim, o processo de constituição do Setor Sindical do PT é um processo simultâneo de disputa dos militantes revolucionários sobre a linha sindical e sobre a linha partidária geral.

Em terceiro lugar, na atualização do perfil da *Cut Pela Base* e para capacitá-la a intervir tanto na construção de uma nova hegemonia no movimento sindical quanto no Setor Sindical do PT, é fundamental que desenvolva o debate programático, em questões como: qual a política dos trabalhadores frente à globalização e regionalização dos mercados; qual a resposta dos trabalhadores à reestruturação capitalista; qual a nossa visão sobre participação do Estado na economia; que propostas de radicalização democrática do Estado trabalhamos na luta democrática; que significa radicalidade democrática, hoje, também no movimento sindical; qual a nossa visão sobre as alianças estratégicas e prioritárias do movimento sindical cutista; como vemos a combinação de luta institucional e movimento de massas no período; e como incorporamos as bandeiras feministas e de luta do movimento negro no movimento sindical cutista, e como renovamos a prática sindical à luz dos questionamentos desses dois movimentos.

Algumas destas questões têm sido tratadas ao longo deste ano nas páginas do *Em Tempo* em matérias que constituem para nós a referência básica para este rearmamento programático. Por último, mas não menos importante, este processo de atualização da definição da *Cut Pela Base*, de construção do Setor Sindical do PT e de debate programático, deve se inserir num "processo a quente" de enfrentamento das tarefas emergenciais da conjuntura.

Dia 16 de dezembro através de atos em todos os estados, a CUT fará seu primeiro esforço ao nível nacional de confrontar com a política econômica do governo Itamar. No centro, a luta contra a privatização da CSN e uma pauta de reivindicações emergenciais de salário, emprego e democracia. No campo se agudiza novamente a luta pela terra sob direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Várias campanhas salariais importantes estão "em compasso de espera" podendo acontecer um reaquecimento a curto prazo. A classe trabalhadora dá, aqui e ali, novas mostras de disposição para a mobilização e luta. Esta disposição deve ser nosso ponto de apoio fundamental no projeto de construção sindical que aqui lançamos. □

Miguel Rosseto e Pedro Moreira são membros da executiva nacional da CUT e Carlos Calazans é presidente da CUT estadual de Minas Gerais.

Há uma evidente crise das correntes sindicais enquanto projetos de direção alternativos e de massa para a CUT.

As correntes que se colocam fora do PT e em combate a ele não podem ter uma estratégia revolucionária consequente.



Jesus Carlos

Perigosa ilegalidade

NALU FARIA

AOMS (Organização Mundial de Saúde) avalia que no Brasil ocorram três milhões de aborto por ano, mas existem estimativas de até cinco milhões (em 1991, ocorreram 3,5 milhões de nascimentos). É oficialmente a quarta causa de mortalidade materna no Brasil. A OMS define como morte materna aquela ocorrida durante a gestação, parto e até 42 dias após o parto, por causas relacionadas ou agravadas pela gestação ou seu tratamento.



Reprodução

Muitas mulheres morrem ou ficam com seqüelas todos os anos, vítimas de complicações de abortos malfeitos. Ocorrem hemorragias e infecções, resultante de perfuração uterina (curetagem incorreta, introdução pela vagina de objetos pontiagudos, etc), restos ovulares, falta de assepsia durante a cirurgia, etc. Se sobreviver, a mulher pode perder o útero e ficar estéril. As infecções, mesmo sem a extirpação do órgão, às vezes chegam a provocar a obstrução das trompas, o que também pode levar a esterilidade.

Quando uma mulher é denunciada pode ir para a cadeia, devido a uma legislação que não respeita o direito da mulher optar ou não pela maternidade. Legislação autoritária que convive com uma situação onde o aborto não é um último recurso, mas um método contraceptivo comum.

Uma das conseqüências dessa ilegalidade é o enriquecimento das clínicas clandestinas. Um aborto em uma dessas clínicas custa de 300 a 400 dólares, no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

O aborto legal

No Brasil, a legislação permite o aborto em casos de gravidez por estupro, ou quando a gestante corre risco de vida. Porém, nem mesmo nestes casos a mulher pode utilizar-se desse direito: não tem acesso a esse serviço nos hospitais e é difícil conseguir parecer favorável nos casos de estupro.

Existe em São Paulo uma experiência no sentido de superar estas dificuldades, implementada pela administração petista, no Hospital Municipal do Jabaquara. Ela iniciou-se em outubro de 1989, a partir de uma portaria do secretário municipal de saúde e imple-

mentada sob a coordenação da Assessoria do Programa de Saúde da Mulher. No Hospital Jabaquara, uma comissão multiprofissional composta por médico, advogado, psicóloga, enfermeira e assistente social recebem o caso, e a cirurgia é realizada se estiver dentro dos critérios exigidos: mulheres com até 12 semanas de gravidez, que apresentem um boletim de ocorrência policial onde conste denúncia de estupro. Até maio, das 30 internações para interromper a gravidez, 55% eram meninas entre 11 e 16 anos e todas haviam sido estupradas.

Para quem pode pagar, ele é feito em condições quase sem risco, embora na grande maioria hostil e agressivo com as mulheres.

As maiores vítimas são as mulheres pobres que não podem pagar pelos serviços das clínicas "especializadas" e utilizam métodos prejudiciais à sua saúde. São chás misturados com bebidas alcoólicas, injeções hormonais, sondas, agulhas de tricô e hoje o mais usado Cytotec, um remédio utilizado para úlcera duodenal, que tem como efeito colateral o aborto (só que na maioria das vezes apenas inicia o processo de abortamento, mas com vários riscos, como infecções e rupturas uterinas principalmente em mulheres que fizeram cesarianas).

As complicações provocadas por abortos clandestinos são o quinto motivo de internação. Outro dado que mostra a gravidade da situação é o aumento do aborto entre as adolescentes. No Brasil, as adolescentes na faixa de 11 a 17 anos realizam 650 mil partos por ano e 1,75 milhão abortos, segundo Ricardo Cavalcanti, médico ginecologista, informou no 44º Congresso Brasileiro de Ginecologia.

Luta pela legalização

O movimento de mulheres há muitos anos luta pela descriminalização e legalização do aborto no Brasil. Mas foi no processo da constituinte, com as emendas populares em 1987, que primeira vez saímos às ruas coletando assinaturas. Nossa luta saiu da clandestinidade. Logo em seguida, a partir de 1989, vários grupos começaram a celebrar o 28 de maio, escolhido como dia de luta pela saúde da mulher. É impossível falar de doença e morte de mulheres no Brasil, sem levantar o problema do aborto. Com isso começa a ampliar-se cada vez mais a discussão em grupos de bairros e sindicatos.

Em agosto de 1991, em um Seminário Nacional de Saúde da Mulher, a partir do qual se inicia a construção de uma Rede Nacional Feminista de Direitos Reprodutivos, decidiu-se que a questão da descriminalização e legalização do aborto seria uma prioridade.

Ainda em setembro de 1991, no IV CONCURTO, foi aprovada a defesa da descriminalização e legalização do aborto. Pelo crescimento da organização das mulheres na CUT, isso representa uma maior possibilidade de massificação desta luta.

Novo quadro

Um fato inegável é que a discussão do aborto não é mais a mesma no Brasil. Alguns setores da sociedade começam a se posicionar. Já não é mais uma discussão apenas dos grupos feministas, embora se deva às feministas o mérito dessa discussão ter se iniciado e crescido. O aborto começa a ser encarado como uma questão social, que atinge milhões de mulheres, que não precisam de mais um castigo - a criminalização. Necessitam sim de assistência médica, de apoio, de acesso a informação e contraceção. Necessitam que seja reconhecido e garantido o seu direito de optar ou não pela maternidade.

Uma pesquisa de 1991 do Datafolha revelou que 68% dos entrevistados achavam que o aborto deve continuar proibido. Este número, porém, não é absurdo, se levarmos em consideração que a única opinião sistematicamente divulgada é aquela contrária à legalização do aborto. Durante décadas, sucessivas campanhas foram desencadeadas pela Igreja e pelos setores conservadores, reforçando a idéia de que o aborto é um crime.

Podemos, todavia, levantar a hipótese de que uma ampla discussão pode criar uma outra correlação de forças para tratar este tema do ponto de vista das mulheres, levando à descriminalização e legalização do aborto. As condições favoráveis para isso estão se acumulando: foi criada uma comissão para estudar a situação e propor mudanças na legislação pelo ministro da justiça; há dois projetos tramitando na Câmara e agora a senadora Eva Blay apresentou outro no Senado; essa bandeira foi aprovada na CUT; fóruns do movimento de mulheres têm destacado o assunto. Há, pois, uma mudança do clima para tratar este tema.

O PT joga um papel chave na condução desta luta. 1993 será o ano da revisão constitucional e de, provavelmente, avançar-se na regulamentação da legislação ordinária definida pela Constituição e até agora parada. O investimento do partido neste processo deve ser uma prioridade. □

Nalu Faria é militante feminista e participa do SOF

Fukuyama e a democracia

RALPH MILLIBAND

O argumento central do livro de Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*, é a inexistência de uma alternativa satisfatória ao que se chama de democracia liberal, e que prefiro chamar de democracia capitalista. Ela representa, nas palavras de Fukuyama, "o ponto final da evolução ideológica da humanidade" e "a forma definitiva do governo humano".

Há alternativa

Em oposição a esta linha de raciocínio, quero defender que existe uma alternativa radical de esquerda à democracia capitalista. Essa alternativa é a democracia socialista, que não tem nada que ver com o comunismo soviético, e que Fukuyama não tomou em consideração. É verdade que ressalta o grande número de ocidentais que esperaram que os povos dos países pós-comunistas usassem as suas recém conquistadas liberdades para "escolher uma alternativa de esquerda, humana, que não fosse nem o comunismo nem a democracia capitalista". Mas isso, acrescenta corretamente Fukuyama, demonstrou-se ser uma pura ilusão.

Fukuyama aponta também, numa nota de pé de página, que "ao longo de todo o debate sobre o seu primeiro texto acerca do 'Fim da história' ninguém, que eu saiba, sugeriu uma forma de organização social alternativa". A ser assim, isso somente provaria a atual decrepitude da esquerda, nada mais. Quero considerar que a alternativa da democracia socialista, que creio ser uma forma de organização social infinitamente mais desejável e viável do que a democracia capitalista.

Um simulacro de democracia

Fukuyama está de acordo que as "democracias liberais são sem dúvida atingidas por uma série de problemas como o desemprego, a poluição, o crime, as drogas, etc...", e que "a desigualdade econômica produzida pelo capitalismo implica *ipso facto* desigualdades de reconhecimento social"; especialmente que "inclusive na mais perfeita sociedade liberal se manterão desigualdades sociais importantes". Esta franca admissão de um decidido defensor da democracia capitalista é muito prejudicial para sua causa, sobretudo depois da insistência em que a democracia liberal é a única capaz de satisfazer o desejo de "reconhecimento" que situa como eixo do processo histórico.

Começarei afirmando que a democracia capitalista é uma contradição nos termos, porque encerra dois sistemas opostos. Por um lado, está o capitalismo, um sistema de organização econômica que requer a existência de uma classe relativamente pequena de gente que possui e controla os principais meios de atividade industrial, comercial e financeira, assim como a maior parte dos meios de comunicação. Graças a isso, esta gente exerce uma quantidade totalmente desproporcional de influência política e social tanto nos seus próprios países quanto em terras que estão muito longe das suas fronteiras. De outro lado está a democracia, que se baseia na negação de semelhante preponderância, e que requer uma igualdade de condições que o capitalismo, como Fukuyama reconhece, repudia pela sua própria natureza.

Algo que quase não se menciona hoje é que o capitalismo é um sistema baseado no trabalho assalariado. O trabalho assalariado é um trabalho que se realiza em troca de um salário, ao serviço de um empregador privado que tem direito, em virtude da sua posse ou controle dos meios de produção, de se apropriar e dispor de qualquer sobreproduto criado pelo trabalhador. Os empresários vêm-se limitados na sua liberdade quanto ao tratamento dos trabalhadores, ou quanto à disposição do sobreproduto que lhes expropriam, por várias pressões. Mas isso só qualifica o seu direito de extrair e dispor do sobreproduto como considerem mais conveniente. Esse direito quase nunca se questiona e é tomado por "natural", tal como noutra época o trabalho escravo.

A experiência do comunismo demonstrou amplamente que a propriedade pública dos meios de produção não significa por si mesma o fim da exploração. Mas a exploração num sistema de

propriedade pública é uma deformação, porque um sistema baseado na propriedade pública dos meios de produção não se apoia nem exige a exploração. Em condições de controle democrático, providencia a base para a associação livre e cooperativa dos produtores. Pelo contrário, o objetivo exclusivo da atividade econômica num sistema de propriedade privada é a exploração, porque carece totalmente de sentido se não tem como resultado o enriquecimento privado (quaisquer que sejam os seus propósitos) dos proprietários e de quem controla os meios dessa atividade. (...)

A democracia capitalista, pelo próprio fato de se basear numa profunda e insuperável divisão de classes, necessariamente implica a limitação da democracia, de modo que não ameace seriamente o poder, a propriedade, os privilégios e a posição social das pessoas que se encontram no alto da pirâmide social. Por isso é bastante coerente que um apaixonado admirador da democracia capitalista, como Fukuyama, prefira o que chama uma "definição estritamente formal da democracia" e diga que "um país é democrático se garante à população o direito de eleger o seu próprio governo através de eleições multipartidárias, periódicas e com voto secreto, na base do sufrágio adulto universal e igual".

A alternativa socialista

É preciso começar por sublinhar que a democracia socialista nada tem que ver com o "modelo", ou melhor, o "anti-modelo" do comunismo soviético. A democracia socialista não implica nem uma planificação central totalizadora e obrigatória, nem uma economia sob propriedade estatal burocrática, nem o monopólio



Jesus Carlos

do poder por dirigentes do partido único, nem o controle total da sociedade pelo partido e pelo Estado. Nada disso tem que ver com o socialismo, nem com o marxismo de Marx.

Que significa então a democracia socialista? Significa uma economia "mista" em que se invertem os pesos relativos dos setores públicos e privados do capitalismo. Numa democracia socialista, os principais meios da atividade econômica estarão sob uma forma ou outra organizados em propriedade pública, social ou cooperativa, com o maior grau possível de participação e controle democrático. Não é uma concepção que esteja na moda, mas uma extensão radical da esfera pública continua a ser uma condição essencial do que é um dos objetivos fundamentais do socialismo: a dissolução do atual sistema de poder profundamente desigualitário. A democracia socialista manterá muitas das características da democracia liberal, incluído o Estado de Direito, a separação de poderes, as liberdades civis, mas dar-lhe-á um significado novo. Procurará a democratização do Estado e da sociedade em todos os níveis. Em resumo, dará à noção de cidadania um significado mais autêntico e amplo do que tem numa sociedade dividida em classes. A democratização socialista será simultaneamente ampliação e ruptura da democracia capitalista. □

Ralph Milliband é cientista político. Esta resenha foi originalmente publicada na *New Left Review* nº193, maio de 1992.

A democracia capitalista é uma contradição nos termos, pois baseia-se na desigualdade social.

Numa democracia socialista, os principais meios de atividade econômica estarão sob alguma forma de propriedade pública.

IMPRESSO

MICHAEL LOWY

"O século passado estava animado de um otimismo a toda prova: as luzes acabarão por expulsar as sombras; a razão destruirá a irracionalidade; e a ciência e a técnica assegurarão o controle da natureza e da sociedade. As catástrofes do século que acaba destruíram este sonho do progresso ilimitado em um único sentido. Tiveram razão contra as ilusões e as certezas"

As ilusões "progressistas" sobre o futuro assegurado e sobre uma vitória garantida pelas leis da evolução social não se limitam ao século XIX, como refere o texto acima citado: marcaram profundamente a cultura política da esquerda do século XX, seja a social-democracia, seja o estalinismo.

Esta ruptura com a visão linear e determinista é indispensável, optando resolutamente por uma concepção aberta da história - "sem predestinação, cheia de bifurcações, onde cada avanço tem em si sua carga de regressão possível". Acusar-no-ão talvez de semear o desespero entre as tropas. E se o pessimismo, em vez de ser contraditório com a esperança revolucionária, fosse uma das suas melhores fontes de inspiração?

Princípio esperança

Essa é, em todo o caso, a opinião de um eminente pensador marxista, que não exitava em escrever: "Uma dose de pessimismo é preferível a essa fé cega sobre o progresso. Porque um pessimismo preocupado com o realismo deixar-se-á surpreender e desorientar mais facilmente pelos reveses e pelas catástrofes". O autor desta frase não é outro senão o filósofo do "Princípio esperança", Ernest Bloch, que insistia, nos seus escritos, na importância da "categoria do perigo" e no "caráter objetivamente não garantido" da esperança utópica. Em várias conferências dos anos sessenta e setenta, tem o cuidado de legitimar um "pessimismo militante" que não é contemplativo mas sim disposto à ação contra o pessimismo.

Milan Kundera conta, no seu livro **A brincadeira**, a história de um militante comunista tcheco dos anos cinquenta, enviado para os trabalhos forçados por ter escrito a uma amiga um postal com esta brincadeira: "O pessimismo é uma virtude revolucionária. Viva Trotsky."

É verdade que Trotsky também pecou por vezes por um otimismo excessivo, mas foi - com Rosa Luxemburgo - um dos raros revolucionários a ter encarado como uma possibilidade real a derrota do proletariado e a abertura de um período de barbárie e de escravidão. Foi, assim, um dos poucos a prever antes de 1933 a vitória nazista e, antes de 1939, o genocídio dos judeus. Na realidade, os principais erros dos dirigentes revolucionários, de Marx a Trotsky, foram os que resultaram do seu otimismo excessivo ou de um fatalismo teleológico (a "necessidade inelutável" de uma vitória final do socialismo). Em contrapartida, as suas previsões pessimistas realizaram-se em geral - ou para pior... A mesma constatação vale, em grande medida, para o marxismo revolucionário dos últimos quarenta anos.

As ilusões do progresso



Escher

Organização do pessimismo

Os bolcheviques não tinham educado os seus militantes num otimismo fácil; jamais diziam, como os burocratas chineses, que "a situação é excelente".

Em janeiro de 1917, Lenin escrevia ainda que temia não assistir, nos seus dias, à nova revolução russa. Walter Benjamin escrevia, em 1929, que

entre o comunismo autêntico e o surrealismo havia um acordo profundo para definir a tarefa do dia: "A organização do pessimismo". Acrescentava ironicamente: só se pode confiar na IG-Farben (a companhia química que mais tarde produziria o gás para os campos de concentração) e no aperfeiçoamento pacífico da Luftwaffe...

O otimismo simplista, a crença no "progresso inevitável", nas leis de bronze da história, na fatalidade da vitória dos povos, etc, são a matriz que deu origem a estes dois monstros: a cabeça de boi do quietismo (dado que o combate está ganho desde o início, não se deve precipitar as coisas) e a cabeça de couve-flor da desmoralização (depois do combate ter-se demonstrado difícil e incerto).

Só os oportunistas aderem a um movimento que se pensa ter a vitória certa; a teoria revolucionária só pode prometer uma possibilidade objetiva, uma esperança condicional. O pessimismo, quando está associado à obstinação e à recusa de qualquer resignação ou compromisso, é uma qualidade eminentemente revolucionária. Como escrevia Gramsci numa fórmula célebre, é-nos necessário o "pessimismo da razão e o otimismo da vontade". O pessimismo da razão significa que nada se espera do "curso natural da história", que é preciso nadar contra a corrente.

O que motiva o revolucionário autêntico não é a fé beata numa vitória rápida ou certa, mas a convicção profundamente enraizada de que não se pode viver como ser humano sem lutar com empenho contra esta civilização da mercadoria e da morte. E, nos nossos dias, neste fim de século surpreendente, a crença - baseada num diagnóstico preciso da realidade - de que a continuação deste estado de coisas conduzirá à destruição da vida humana no planeta.

Opção socialista

A análise de cada situação histórica não deve ser otimista nem pessimista: deve ser simplesmente verdadeira, na medida do possível. Evidentemente, a prática subversiva apoia-se em todas as possibilidades que a conjuntura abre: a opção socialista não é uma utopia abstrata, mas baseia-se nas contradições reais do capitalismo e nos interesses objetivos das suas vítimas.

O pessimismo revolucionário não nega nenhuma dessas regras; mas constitui uma postura geral que se situa num nível mais profundo, ao mesmo tempo filosófico e prático. Constata, como o anjo da história de que falava Walter Benjamin, que o movimento histórico até aqui foi sobretudo um "amontoado de ruínas" - ruínas que se chamam, no nosso século, Auschwitz, Hiroxima, Kolyma. Abandonada à sua evolução natural, a história do futuro trar-nos-á novas catástrofes deste tipo. Daí a necessidade, a urgência imperiosa da iniciativa revolucionária, o otimismo da vontade.

Semeando menos ilusão, o pessimismo revolucionário ajuda a escapar mais facilmente às "crises de desilusão". Não esperando um triunfo eminente, é menos desmoralizado pelas derrotas: pelo contrário, elas só acrescentam o seu ódio à ordem reinante e a sua vontade de a destruir. □